

**CENTRO UNIVERSITÁRIO FEEVALE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLÓGICAS**

FERNANDA ELISA CAMARA DO NASCIMENTO

**NOVA SEDE DA APAE DE ESTÂNCIA VELHA
APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais**

Novo Hamburgo, dezembro de 2009.

FERNANDA ELISA CAMARA DO NASCIMENTO

NOVA SEDE DA APAE DE ESTÂNCIA VELHA

**Centro Universitário Feevale
Instituto de ciências exatas e tecnológicas
Curso de Arquitetura e Urbanismo
Trabalho Final de Graduação**

**Professores orientadores:
Alessandra Migliori do Amaral Brito
Ana Carolina Santos Pellegrini
Luciana Néri Martins**

Novo Hamburgo, dezembro de 2009.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
1. TEMA DE PROJETO.....	09
1.1. Escolha do tema, justificativa da proposta e justificativa pessoal.....	09
1.2. O que é APAE.....	10
1.3. Compreendendo APAE: A maior rede de atenção à pessoa com deficiência.....	11
1.3.1 A APAE.....	12
1.4. História.....	13
1.5. A APAE de Estância Velha.....	14
1.5.1 Funcionamento.....	14
1.5.2 Oficinas e Atividades desenvolvidas na APAE.....	18
1.6 A Escola da Ponte.....	19
1.6.1 Pedagogia rizomática e a Escola da Ponte.....	21
2. MÉTODO DE PESQUISA.....	23
2.1. Objeto de estudo.....	23
3. LOTE E ENTORNO.....	48
3.1. Justificativa da escolha do lote.....	48

3.2. Localização do lote, levantamento topográfico e suas características.....	50
3.3. Levantamento do lote em estudo e seu entorno.....	54
3.4. Regime urbanístico e sistemas dos fluxos viários.....	61
3.5. Orientação solar.....	67
3.6. Clima e ventos predominantes.....	69
4. PROPOSTA DE PROJETO.....	70
4.1. Conceito.....	70
4.1.1 A Teoria.....	71
4.1.2 As Inteligências múltiplas	73
4.1.3 O desenvolvimento das inteligências.....	76
4.1.4 Teoria das Inteligências Múltiplas e a Educação.....	78
4.2. Programa de necessidades	79
4.3. Sistemas Construtivos.....	84
4.4. Zoneamento	86
5. PROJETOS REFERENCIAIS ANÁLOGOS.....	89
5.1 Centro Digital do Ensino Fundamental.....	89
5.2. Escola São Caetano do Sul, SP.....	93
5.3 Nova sede do Liceu Francês François Mitterrand.....	96
5.4 Campus SENAC, São Paulo.....	99
5.5 Concurso de Arquitetura do SESC Guarulhos.....	104
5.6 Área esportiva Colégio Santo Inácio, Botafogo, RJ.....	107
5.7 Residência Unifamiliar, Araçoiaba da Serra-SP.....	110
CONCLUSÕES.....	114
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	116
APÊNDICE A - Entrevista aplicada aos profissionais da atual sede da APAE.....	121
ANEXO A - Estatuto da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul.....	124

"Nunca ande pelo caminho traçado, pois ele conduz somente onde os outros já foram." Alexander Graham Bell

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD	Associação de Assistência a Criança Defeituosa
ABBR	Associação Brasileira Beneficente de Reabilitação
ANS	Agência Nacional de Saúde
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
AVD	Atividade de vida diária
CAPS	Centros de Atendimento Psicossocial
CID	Classificação Internacional de Doenças
CIDID	Classificação Internacional de Deficiências Incapacidades e Desvantagens
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade Incapacidade e Saúde
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Com Deficiência
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Fenapaes	Federação Nacional das APAES
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PECT	Processo de Educação Profissional e colocação no Mercado de Trabalho
PNSPD	Política Nacional de Saúde da Pessoa com Deficiência
PSF	Programa de Saúde da Família

INTRODUÇÃO

As APAES representam o 2º maior movimento do mundo e o 1º da América Latina que trabalham em prol de pessoas com deficiência, chamado de “excepcionais” pelo movimento apaeano. No trabalho, “Oportunidades de trabalho para pessoas com deficiência”, LTR, 2001, p. 8, o Prof. José Pastore apresenta dados estatísticos impressionantes, ele relata que, segundo divulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU), 10% da população mundial apresenta algum tipo de limitação, incluindo-se as restrições leves, moderadas e severas, representando mais de 600 milhões de pessoas, das quais 400 milhões vivem em zonas pobres, não dotadas de serviços mínimos necessários.

Segundo IBGE (2009), no Brasil concentram-se 16 milhões de pessoas com deficiência (40% no Nordeste, 14% no Norte, 12% no Sudeste, 18% no Sul e 16% no Centro-Oeste) e uma das menores taxas de aproveitamento no mercado de trabalho, sendo nove milhões em idade de trabalhar, dos quais apenas 2% são aproveitados. De acordo com o Censo IBGE 2000, o Brasil tem 24,5 milhões de pessoas com deficiência, o que equivale a 14,5% da população do País. Dessas, 48,1% foram declaradas deficientes visuais, 22,9% com deficiência motora, 16,7% com deficiência auditiva, 8,3% com deficiência mental e 4,1% com deficiência física.

Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS), entre as pessoas com deficiência do Brasil, 50% têm limitações mentais, 20% física, 15% audição, 5% visual e 10% de deficiências múltiplas, cujas principais causas são a desnutrição nas regiões mais pobres, as deformações pré-natais, as doenças infecciosas e os acidentes. Nos países mais avançados (Ex: Estados Unidos e Canadá) a proporção

de aproveitamento e inclusão das pessoas com deficiência na educação e no trabalho fica entre 30% e 45%, Pastore (2009).

O objeto de estudo em questão analisa as circunstâncias e comprova necessidades para o desenvolvimento adequado para um projeto para a APAE de Estância Velha. O projeto então, se estabelece na cidade de Estância Velha, no estado do Rio Grande do Sul. Este compreende uma adequação a população local e a demanda de atuais e futuros alunos. O projeto, seguindo a orientação da Federação das APAES, contemplará, conforme Nascimento (2009), as diretrizes da APAE educadora, com o objetivo de buscar atender a partir de uma resignificação do estar na escola, adequando às práticas pedagógicas a uma escolarização voltada para a vida, ou seja, ações educacionais que visam maior independência, autonomia nas AVDs, integração social e convívio cultural. O foco será voltado para uma melhor qualidade de vida, tanto para o aluno, quanto para as famílias.

1. TEMA DE PROJETO

1.1 Escolha do Tema, Justificativa da Proposta e Justificativa Pessoal

O tema escolhido para o trabalho partiu da experiência constante no mundo das pessoas especiais. Há oito anos que convivo com a comunidade APAE (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) de Estância Velha, cidade do Vale do Sinos, que se destaca pelo curtimento do couro, devido ao grande número de curtumes.

Este meio fascinante pelo qual contribuo constantemente é constituído por pessoas muito especiais, que vieram ao mundo com algum propósito. Só nos resta dar meios para propiciar que se expressem, pois acredito que todos temos um grande objetivo pré-destinado e uma contribuição nesta vida. Surge daí a utopia de fornecer o instrumento adequado para a manifestação e o afloramento das múltiplas Inteligências, Gardner (1985), de cada ser humano, principalmente os que freqüentam a APAE. Atualmente a APAE serve como extensão da casa do paciente, não mais como escola comum, pois este papel cabe à rede de ensino, uma vez que já esta comprovada à prática do espelhamento da criança em outras, mas sim, uma escola especial. A APAE serve então como mediadora com auxílio de áreas específicas, como psicológica, neurológica, fonoaudiológica, entre muitas outras. Também com o grande objetivo de preparar o aluno para a vida profissional, a APAE

traz oficinas das mais diversas, que propiciam a produção de inúmeros suveniers, que são produzidos exclusivamente pelos alunos, e vendidos no comércio local.

A atual estrutura comporta os alunos de Estância Velha e alguns alunos da cidade de Novo Hamburgo, mas existem algumas das atividades que ainda não são desenvolvidas nesta sede, como a aula de natação em períodos de meses com temperaturas mais baixas, pois o espaço é limitado e não permite a cobertura.

O prédio é antigo e requer constates manutenção, ano passado conseguiu trocar o telhado, com muito esforço e várias promoções realizadas pela equipe de profissionais da instituição como o Café Colonial e a Janta dos Amigos.

O sonho de uma nova sede é constantemente comentado, já se cogita a possibilidade de compra de um terreno de grande proximidade da sede atual, o que facilitaria a todos os profissionais, pelo pouco deslocamento e conseqüentemente beneficiaria os alunos que já estão habituados com as características do Bairro que se encontra atualmente. Este possui um caráter familiar, pois se caracteriza em sua grande maioria por residências.

Além do terreno, teremos também o projeto para angariar fundos para a construção, este será desenvolvido semestre que vem com a contribuição dos profissionais envolvidos, da comunidade e dos alunos.

1.2 O que é APAE?

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) é uma associação em que, além de pais e amigos dos excepcionais, toda a comunidade se une para prevenir e tratar a deficiência e promover o bem estar e desenvolvimento da pessoa com deficiência. As APAEs tem como principal missão prestar serviços de assistência social no que se diz respeito a melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência, conscientizando cada vez mais a sociedade. O objetivo é promover e articular ações de defesa dos direitos das pessoas com deficiência e representar o movimento perante os organismos nacionais e internacionais, para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelas Apaes, na perspectiva da inclusão social de seus usuários (WIKIPÉDIA, 2009).

O “Dia Internacional da Pessoa com Deficiência”, comemora-se dia Três de dezembro, e foi promovido pelas Nações Unidas desde 1998. A iniciativa tem a intenção de informar e mobilizar a sociedade a favor da defesa da dignidade e dos direitos das pessoas com deficiência. Busca também promover uma reflexão sobre a importância que essas pessoas têm em suas famílias e na comunidade, muitas delas são verdadeiros exemplos de superação, persistência e esforços. Vale lembrar que este dia é especial como os “especiais”. A data contempla ainda às ações de inclusão das pessoas com deficiência nos vários segmentos da sociedade: o desempenho de funções nas áreas política, social, econômica e cultural. Hoje, como em todos os dias há oportunidades para todos exercerem amplamente a cidadania e os Direitos Humanos estabelecidos pelo “Programa Mundial de Ação” referente às pessoas com deficiência. A medida foi adotada pela Assembléia Geral da ONU em 1982 (Federação APAE, 2009).

1.3 Compreendendo APAE: A Maior Rede de Atenção à Pessoa com Deficiência

As raízes históricas e culturais do fenômeno "deficiência" sempre foram marcadas por forte rejeição, discriminação e preconceito. E, diante da ineficiência do Estado em promover políticas públicas sociais que garantam a inclusão dessas pessoas, surgem famílias empenhadas em quebrar paradigmas e buscar soluções alternativas para que seus filhos com deficiência intelectual ou múltipla alcancem condições de serem incluídos na sociedade, com garantia de direitos como qualquer outro cidadão. Nesse contexto, surgiram as primeiras associações de familiares e amigos que se mostraram capazes de lançar um olhar mais propositivo sobre as pessoas com este tipo de deficiência (Federação APAE, 2009).

Convivendo com um Estado despercebido das necessidades de seus integrantes, tinham a missão de educar, prestar atendimento médico, suprir suas necessidades básicas de sobrevivência e lutar por seus direitos, na perspectiva da inclusão social. Essa mobilização teve que contar com o apoio de vários profissionais que, acreditando na luta dessas famílias, empreenderam estudos e

pesquisas, buscaram informações em entidades congêneres no exterior, trocando experiências com pessoas de outras nacionalidades que também sofriam a imposição de um sistema capitalista que tendia a aniquilar as pessoas "descapacitadas". Foi então que, no Brasil, essa mobilização social começou a prestar serviços de educação, saúde e assistência social a quem deles necessitassem, em locais que foram denominados como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), constituindo uma rede de promoção e defesa de direitos das pessoas com deficiência intelectual e múltipla, que hoje conta com cerca de 250 mil pessoas com estes tipos de deficiência, organizadas em mais de duas mil unidades presentes em todo o território nacional. Toda essa mobilização em torno da pessoa com deficiência, impulsionada pela Declaração dos Direitos Humanos, que culminou na criação das APAES e, com a expansão desta iniciativa Brasil afora, convencionou-se a tratá-la como o "Movimento Apaeano" (Federação APAE, 2009).

1.3.3 A APAE

A APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais nasceu em 1954, no Rio de Janeiro. Caracteriza-se por ser uma organização social, cujo objetivo principal é promover a atenção integral à pessoa com deficiência, prioritariamente aquela com deficiência intelectual e múltipla. A Rede APAE destaca-se por seu pioneirismo e capilaridade, estando presente, atualmente, em mais de dois mil municípios em todo o território nacional.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Qualibest em 2006, a pedido da Federação Nacional das APAES, mostrou que a APAE é conhecida por 87% dos entrevistados e tida como confiável por 93% deles. São resultados expressivos e que refletem o trabalho e as conquistas do Movimento Apaeano na luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Nesse esforço destacam-se a incorporação do Teste do Pezinho na rede pública de saúde; a prática de esportes e a inserção das linguagens artísticas como instrumentos pedagógicos na formação das pessoas com deficiência, assim como a estimulação precoce como fundamental para o seu desenvolvimento, (Federação APAE, 2009).

1.4 História

É um movimento que se destaca no país pelo seu pioneirismo. Nascida no Rio de Janeiro, no dia 11 de dezembro de 1954, na ocasião da chegada ao Brasil de Beatrice Bemis, procedente dos Estados Unidos, membro do corpo diplomático norte-americano e mãe de uma com Síndrome de Down. Motivados por aquela cidadã, um grupo, congregando pais, amigos, professores e médicos de excepcionais, fundou a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais do Brasil. A primeira reunião do Conselho Deliberativo ocorreu em março de 1955, na sede da Sociedade de Pestalozzi do Brasil. Esta colocou a disposição, parte de um prédio, para que instalassem uma escola para crianças excepcionais, conforme desejo do professor La Fayette Cortes, surgiram outras APAEs. Pela primeira vez no Brasil, discutia-se a questão da pessoa com deficiência com um grupo de famílias que trazia para o movimento suas experiências como pais de deficientes e, em alguns casos, também como técnicos na área (WIKIPÉDIA, 2009).

Para uma melhor articulação de suas idéias, sentiram a necessidade de criar um organismo nacional. Criou-se então a Federação de APAEs. Fundada no dia 10 de novembro de 1962 funcionou durante vários anos em São Paulo, no consultório de Stanislau Krynsky. O primeiro presidente da diretoria provisória eleita foi Antonio Clemente Filho. Em 1964, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco, então presidente do Brasil, apoiou a iniciativa para a aquisição de um prédio. Construiu-se então, no terreno onde hoje se localiza a atual sede do Rio de Janeiro. Com a aquisição da sede própria a Federação foi transferida para Brasília. Adotou-se como símbolo a figura de uma flor ladeada por duas mãos em perfil, uma em posição de amparo e a outra de proteção. A Federação, a exemplo de uma APAE, se caracteriza por ser uma sociedade civil, filantrópica, de caráter cultural, assistencial e educacional com duração indeterminada, congregando como filiadas as APAEs e outras entidades congêneres, tendo sede e fórum em Brasília (WIKIPÉDIA, 2009).

1.5 A APAE de Estância Velha

Fundada em 01 de outubro de 1974, a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Estância Velha, tem hoje como missão “promover e articular ações de defesa de direitos, prevenção, orientação, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária”. Como visão “Ser uma entidade que busca a excelência na formação do cidadão, valorizando suas múltiplas inteligências” (NASCIMENTO, 2009).

Baseada nestes princípios a APAE – EV desenvolve trabalho ímpar na comunidade, com excelente conceito, mantendo tanto a clínica quanto a escola especial em perfeita sintonia com as necessidades da comunidade estanciense.

1.5.1 Funcionamento

Segundo Nascimento (2009), o funcionamento da Instituição se dá da seguinte forma:

1.5.1.1 Encaminhamento

Os alunos são encaminhados através da saúde pública do município, do conselho tutelar e das escolas. Todos passam por uma avaliação feita por equipe multidisciplinar para então serem encaminhados conforme sua real necessidade.

1.5.1.2 Proposta pedagógica

A prática pedagógica se desenvolve através de projetos específicos os cujos temas mudam de acordo com o interesse dos alunos, tendo como foco os níveis de educação básica respeitando suas condições e ritmos.

1.5.1.3 PECT

Grande parte dos alunos são adultos por isso tem-se investido bastante no EJA e no PECT. No PECT é feita confecção de sacolas plásticas e oficinas de pintura em madeira e latas. A proposta para os jovens e adultos é bem diversificada para que contemple suas reais necessidades. Utiliza-se o artesanato como ferramenta para aprendizagem do trabalho em esteira, modalidade de trabalho em nossas fábricas de sapatos. Possibilitando a inserção dos alunos no mercado de trabalho.

1.5.1.4 Projetos específicos

Desenvolvem-se em horários específicos e contemplam dança, capoeira, informática e natação. Dentro dos projetos específicos, o café da manhã pedagógico e o almoço pedagógico, oportunizam a realização de um trabalho que promove aos alunos melhor independência e bons hábitos sociais.

Passeios aos mais diversos locais, como praia, sítios, shoppings, são realizados buscando oferecer o máximo de aprendizagem para as vivências diárias.

1.5.1.5 Apoio técnico

A escola conta com o apoio técnico nas áreas de: Psicologia, psicopedagogia, fisioterapia, fonoaudiologia e serviço social.

Todos os alunos recebem atendimento clínico individual e em grupo sempre que se faz necessário.

1.5.1.6 Trabalho com as famílias

A valorização e o apoio da família são imprescindíveis para o bom funcionamento da escola. As constantes reuniões com os pais e os grupos de mães que realizam atividades na escola, merecem sempre o máximo de atenção da equipe e isto resulta em um conjunto de atividades que fortalecem a execução dos diversos projetos propostos.

1.5.1.7 Organograma de funcionamento

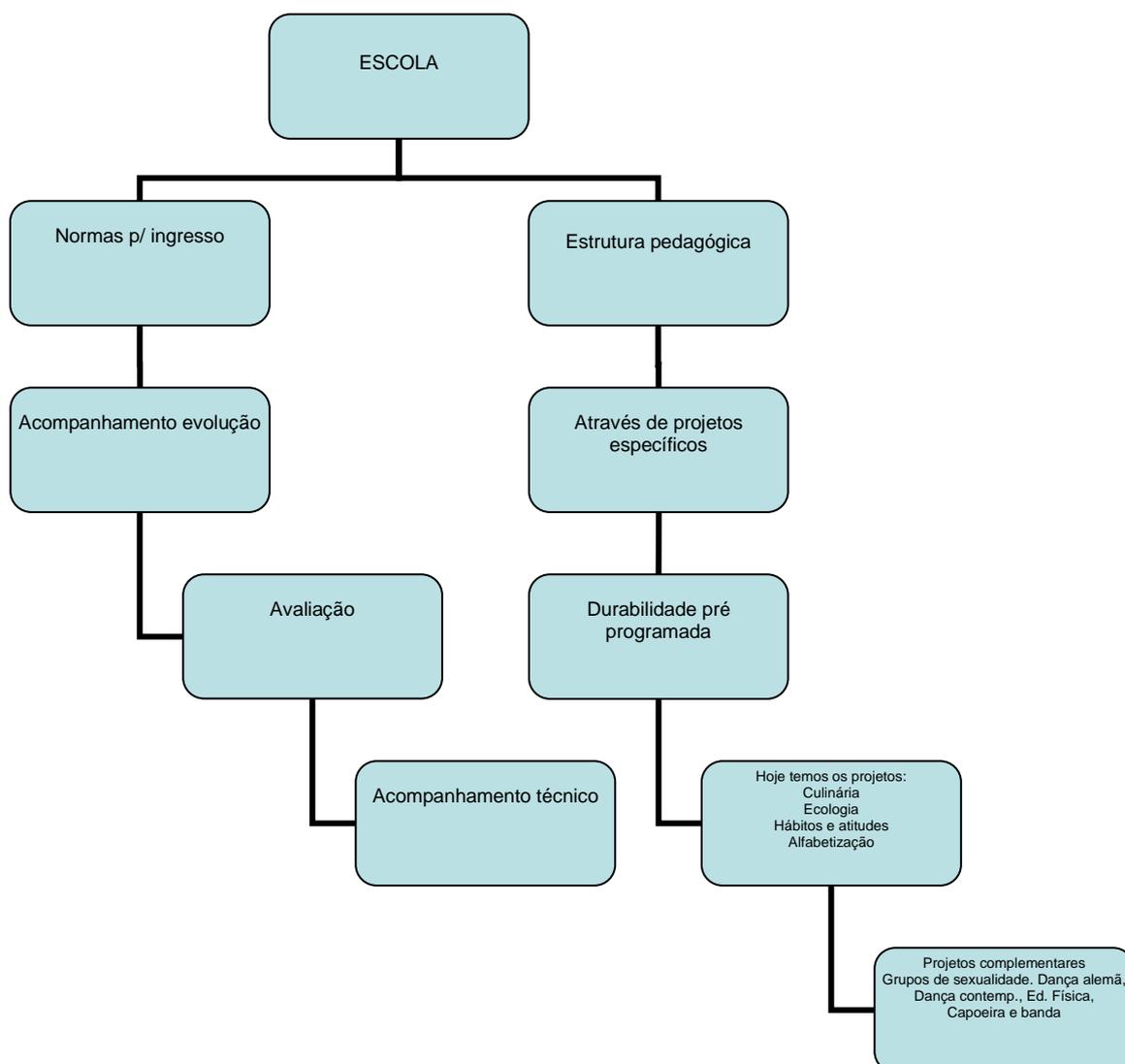


Imagem 01: Organograma do funcionamento da escola (APAE –Estância Velha, 2009)

1.5.2 Oficinas e atividades desenvolvidas na APAE

Atualmente na APAE de Estância Velha, são desenvolvidas as oficinas de culinária e trabalhos manuais. A oficina de culinária é ministrada no refeitório da entidade, onde o espaço é limitado e os alunos precisam passar por um grande trecho não coberto (Imagem 02), o que é inconveniente em dias chuvosos. Já a oficina de trabalhos manuais é desenvolvida em uma sala com poucos recursos e de tamanho limitado (Imagem 03).



Imagem 02: Entrada do refeitório, calçada sem cobertura



Imagem 03: Sala das Oficinas

1.6 A Escola da Ponte

Nas entrevistas realizadas com os professores da APAE, pode-se perceber e compreender a forte corrente educativa quanto escola, que a APAE quer atingir. Este processo educativo se baseia nos princípios da Escola da Ponte de Portugal.

"Não há carteiras enfileiradas em frente a um quadro ou a um professor. Nas grandes salas sempre de portas abertas, os alunos estudam em volta de várias mesas juntas, como num trabalho em grupo. Aparelhos de som tocam música instrumental o tempo todo" (Jornal O Globo, Revista MEGAZINE, 27 de Junho de 2006, p. 10).

Essa é a descrição sintética da Escola da Ponte, escola que faz parte da rede pública de ensino de Portugal, localizada na Vila das Aves, zona rural portuguesa que fica a 30 quilômetros da cidade do Porto. De acordo com depoimento dado por Constanza Azevedo, aluna da Ponte (14 anos), "O ambiente aqui é acolhedor. Não nos sentimos sozinhos. Os professores são nossos amigos, o que geralmente não acontece nas escolas tradicionais" (Revista MEGAZINE, 2006). Através deste depoimento pode-se vislumbrar as diferenças vividas pela Escola da Ponte. Seriação; professores onipotentes e oniscientes; alunos disciplinados; provas pré-marcadas pela escola; são somente alguns dos elementos que foram extirpados do ambiente escolar vivido pela Ponte e que inviabilizariam a sobrevivência da escola, dita tradicional. Isso, que por muitos pode ser considerado como abertura à bagunça, ao desregramento temerário, parece ter dado muito certo na prática, no caso da Ponte. No que diz respeito aos alunos, o centro do processo de ensino-aprendizagem, a sensação é de extrema satisfação e contentamento. De acordo com Silvana Macedo (14 anos), "ficava nervosa em testes e os professores diziam: Sabe? Se não sabe se desenrola (se vira, em bom português)! Aqui (na Ponte) é diferente. Todos se ajudam. É uma escola e uma família" (VILAÇA, 2009).

Segundo Vilaça (2009), enquanto nas escolas tradicionais os alunos são tratados como meros adereços do processo educacional, tendo, por vezes, um status de somenos importância quando comparados às provas, por exemplo. Assim sendo, têm pouca ou nenhuma participação efetiva (e afetiva) na construção daquilo

ao qual serão submetidos, enquanto na Ponte são parte constitutiva, integrante e indispensável da construção do que chama de "Projeto educativo".

Um outro traço fundamental da Ponte diz respeito às normas que regem a conduta de todos dentro da escola. É ao que podemos dar o nome de disciplina negociada, de uma ética mínima, de uma "constituição escolar republicana", onde os alunos participam efetivamente, construindo coletivamente com os agentes educativos um sistema de deveres e direitos. Pretende-se, com isso, estimular, entre outras coisas, o respeito ao outro, à sua individualidade e livre-arbítrio, a solidariedade, a noção de que partilhamos um grupo, de que certas regras são necessárias e que nossos atos têm conseqüências. Isto é conhecido por "republicanismo da Ponte", é feito através de uma série de instâncias estabelecidas no "Regulamento interno" da Escola da Ponte, chamadas de "Órgãos de direção, gestão e administração da escola" ou conselhos, que são em número de cinco, que forma a "República Ponte". De caráter eletivo, os conselhos têm um mandato regulamentarmente definido - tanto no que se refere ao período, quanto às funções - tomando suas decisões através de assembléias periódicas, das quais os alunos também participam (VILAÇA, 2009).

Em termos gerais, o "Projeto educativo" objetiva a formação de cidadãos cada vez mais cultos, autônomos, independentes, responsáveis, solidários e democraticamente comprometidos na construção de um destino coletivo e de potencializar a qualidade do ser humano. Isso tem por fundamento quatro valores matriciais: autonomia, solidariedade, responsabilidade e democraticidade. O "Projeto Educativo" se estabelece, neste contexto, como um referencial de pensamento e ação da comunidade Escola da Ponte, norteado por certos princípios e objetivos educativos. A Escola da Ponte se pauta por uma noção de educação bastante específica, cuja base é a noção de que os indivíduos possuem necessidades educativas particulares ou especiais, à medida que cada um apreende a realidade de forma , devendo, estas, serem satisfeitas singularmente. Essa descrição é muito relevante, porque apresenta, de modo bastante satisfatório, a forma como a Ponte vê cada aluno: ele é o centro de todo processo, e cada um é único e por demais complexo para que um mesmo trajeto educativo possa ser universalizado. Neste sentido, não existe trajetos únicos, modelares, através dos quais todos os alunos, indistintamente, deverão trilhar sua aventura educacional. Ao contrário, cada um

trilha seu próprio caminho, tendo na Ponte uma espécie de ajudadora, e nos tutores (escolhidos pelos próprios alunos) seus companheiros de aventura. Essa aventura do percurso educativo possui uma dupla dimensão: uma individual e outra social. Assim sendo, o percurso supõe um conhecimento cada vez mais aprofundado de si próprio e o relacionamento solidário com os outros (VILAÇA, 2009)..

De acordo com Vilaça (2009), ao professor (tutor) cabe estimular ao máximo o interesse do aluno pelo processo de aprendizagem. Para isso, o orientador deve ser capaz de identificar as dificuldades de aprendizagem apresentadas e procurar, neste momento, ultrapassar essas dificuldades de ensino ou relacionados à pedagogia, de forma criativa e individualizada. Ao contrário do que acontece nas escolas tradicionais, o orientador não pode ser entendido como o prático da docência, aquele que possui todo o conhecimento e dirige este de uma forma codificada, pré-determinada e universalizada. Além disso, os orientadores educativos só interferem nas decisões dos alunos quando solicitados.

1.6.1 Pedagogia rizomática e escola da ponte

A analogia entre o exposto no texto anterior descrito com o pensamento pós-moderno é muito claro. Nietzsche, o filósofo que, em certa medida, inaugurou uma forma de pensar que ressoou em teorias de vários outros pensadores, tais como aqueles que são apresentados aqui, é o princípio simbolizado pelo deus Dioniso, deus de muitas fases, contraditório, efusivo, que interessa, e não de Apolo, deus modelar, unívoco, que reclama a adequação, a imitação (MAFFESOLI, 2005).

Transferindo essa idéia para a questão do conhecimento, aquele que é considerado o pai do termo pós-modernismo, ficando claro o parentesco teórico da perspectiva pós-moderna com a metodologia da Escola da Ponte:

" a diversidade e o afluxo dos saberes hoje é tal que nenhum indivíduo, e principalmente nenhum grupo fechado, pode mais possuir o conjunto dos conhecimentos como ainda era possível nas sociedades arcaicas ou tradicionais. A inteligência, o

pensamento, o conhecimento estão condenados à partilha, à abertura." (LYOTARD, 1998, p. 186).

O saber, o conhecimento, são um aberto, um organismo vivo, em constante e vital movimento. Não é, e nem pode ser, porquanto, uma propriedade particular, estando, assim, embaraçado e sedentarizado por qualquer poder, fiscal ou regras artificiais, inclusive escolares, senão, não seria pensamento (VILAÇA, 2009).

Segundo Lins (2005), "o projeto de uma pedagogia rizomática, que tem como axioma primordial uma ciência nômade ou itinerante em contraponto aos delírios de uma ciência régia, está inserido na ética e na estética da existência. Uma tal pedagogia emerge como pura resistência, puro devir"

Rizomática, que vem de rizoma, caracteriza o modo como a pedagogia compreende o conhecimento: ele não é hierarquizado ou hierarquizável, mas é complexamente inter-cruzado. A idéia é de um emaranhado de opções e conhecimentos, que não se sabe de onde vem, nem onde irão dar. Ao contrário da maioria dos sistemas educativos, assentados na representação, a presente proposta não pretende repetir as pedagogias arborescentes (árvore do conhecimento, hierarquia de saberes), mas pensar, imaginar, arquitetar, embora de modo sucinto, uma pedagogia dos possíveis, uma pedagogia rizomática, sem raízes, troncos, galhos ou folhas fundadoras que dividem as coisas firmando a árvore como "ato inaugural" de todo processo educativo (VILAÇA, 2009).

2. MÉTODO DE PESQUISA

Com o intuito de reunir e utilizar a maior quantidade de informação possível, para a elaboração deste trabalho, foi realizado um estudo de caso da Apae através da visita de campo e entrevistas com profissionais que atuam na sede atual. Inicialmente foi feita uma pesquisa bibliográfica que possibilitou a elaboração das entrevistas (Apêndice A – Questionário da entrevista). Estas foram aplicadas a funcionários, professores, pais e setor administrativo como a Diretora da Escola. Por conseguinte foi realizada a visita de campo, conhecendo cada espaço individualizado da APAE e como estas áreas estão sendo utilizadas, a fim de identificar a sua real situação. Nesta visita foi realizado o levantamento fotográfico e seu entorno.

2.1. Objeto de estudo

A APAE de Estância Velha está vinculada a 11ª Coordenadoria da Federação Estadual das APAES. Foi fundada em 01 de Outubro de 1974, está localizada na Rua Zeno Schmiedel, número 342 no Bairro Floresta na cidade de Estância Velha no Rio Grande do Sul. A mesma conta com os seguintes funcionários: seis professores, três psicólogos, um Instrutor de Dança, uma fisioterapeuta, duas psicopedagogas, duas fonoaudiólogas, uma assistente social, uma estimuladora precoce, uma relações públicas, uma merendeira, dois serviços gerais, três secretárias, uma diretora administrativa e voluntários. A prática educacional é desenvolvida por projetos. Em 2007 foi eleito o tema Raízes e Etnias,

com subprojetos que contemplam culinária, hábitos sociais e ecologia. A cada semestre os alunos participam da escolha dos assuntos que são então trabalhados.

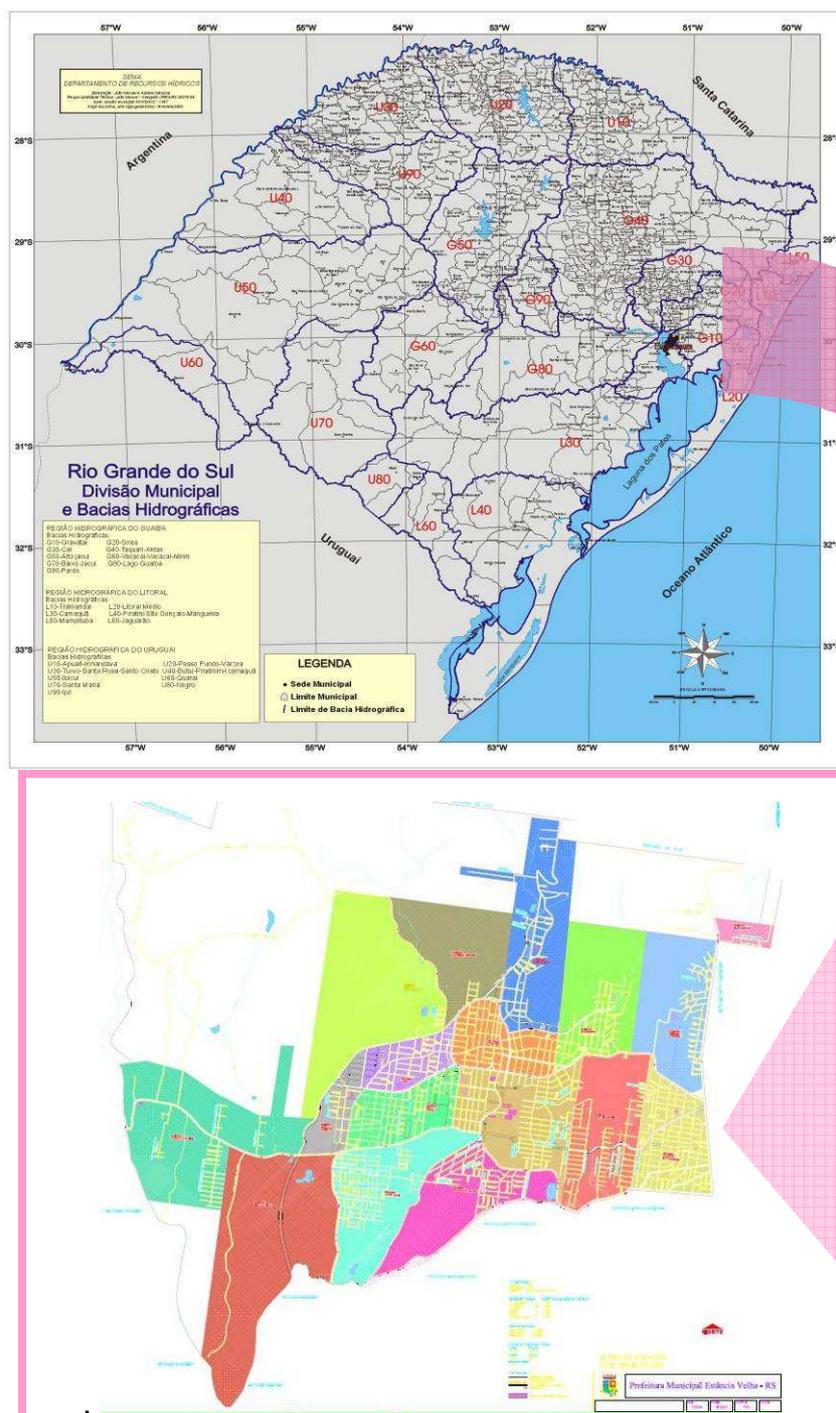


Imagem 04: Mapa RS e mapa da cidade de Estância Velha (adaptado de IBGE e PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA, 2009).



Imagem 06: Rótula centro de Estância Velha

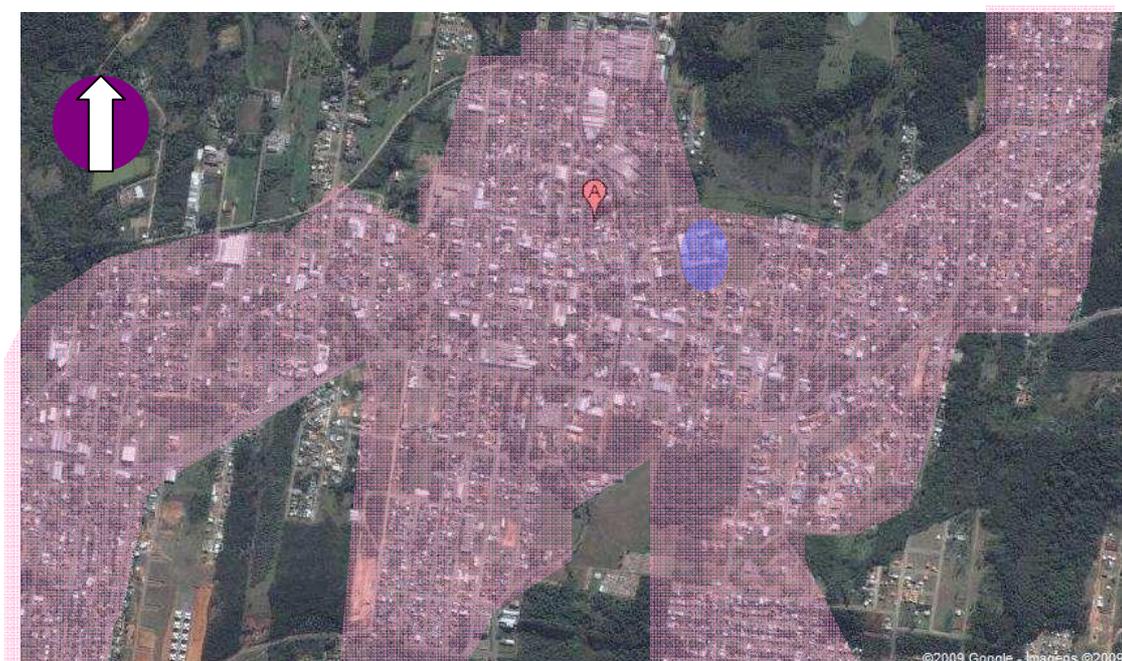


Imagem 07: Contorno da cidade (adaptado de GOOGLE EARTH, 2009)



Localização do terreno na cidade

Conforme Nascimento (2009), as ações desenvolvidas pela instituição não são mais comportadas pela atual estrutura. Para tanto a APAE possui um relatório anual de Atividades, o qual está descrito a seguir demonstrando os números exatos da entidade.

Tabela 01: Formas de Atendimento (APAE, Estância Velha, 2009)

Escola Especial	42 alunos
Clínica de Reabilitação	501 clientes
Oficina de Dança	25 alunos
Oficina de Capoeira	42 alunos
Estimulação Precoce	11 clientes
Oficina Pintura / Tela	04 alunos
Educação Profissional	32 alunos

Tabela 02: Dados da clientela atendida (APAE, Estância Velha, 2009)

Número de Pessoas Atendidas	501
Pessoas Atendidas: Sexo:	
Masculino	326
Feminino	175
Faixa Etária da Clientela: 0 a 3anos	24
3 a 6anos	64
7 a 14 anos	208
14 a 18 anos	127
Acima de 18 anos	78
Tipo de Deficiências:	
Deficiência Mental	117
Deficiência Auditiva	12
Deficiência Física	00
Deficiência Visual	01
Deficiência Múltipla	47
Outras	323

Tabela 03: Programa de atendimento as famílias (APAE, Estância Velha, 2009)

Reuniões/ Palestras	Nº Proferidos / Ano	44
Grupo Terapêutico	Nº Sessões / Ano	14
Atendimento Individual	Nº Atendimento / Ano	16610
Visita Domiciliar	Nº Visitas / Ano	19

Tabela 04: Número da profissionais de nível superior (APAE, Estância Velha, 2009)

Assistente Social	01	384 horas
Psicóloga	04	9.312
Estagiária Psicologia	01	3.360
Fisioterapeuta	01	1.536
Fonoaudióloga	02	5.088
Psicopedagoga	03	4.224
Médico (especialidade)	01	220
Enfermeiro	-----	-----
Dentista (voluntário)	02	84
Relação Públicas	01	576 horas

Tabela 05: Programas Educacionais (APAE, Estância Velha, 2009)

Alunos inseridos (integrados ou incluídos) na escola regular	02
Número de clientes admitidos no ano	03
Número de clientes que abandonaram	01
Número de clientes transferidos para outra entidade	01
Número de clientes que receberam alta ou foram encaminhados a outros serviços	00
Não aceitaram o atendimento clínico	00

Tabela 06: Promoções da entidade em eventos culturais (APAE, Estância Velha, 2009)

TIPO	DATA	PÚBLICO	Nº PESSOAS
Baile de Carnaval	21.02.07	Alunos/professores	42
Festa de Páscoa	05.04.07	Escola	42
Dia da Família	12.05.07	Alunos/professores/Técnicos/Mães	80
Freundkerb	05.05.07	Alunos/Professores/ Técnicos/Mães APAEs: Montenegro, Portão, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Dois Irmãos, Ivoti, Esteio e São Sebastião do Caí	300
Rodas de Capoeira	Ano todo	Alunos/Comunidade	-----
Festa de São João	20.07.07	Alunos/Professores/ Técnicos	65
Baile Caipira APAÉ S. S. Caí		Alunos/professores	
Passeio APAE Gramado	28.08.07	Alunos/professores	40
Café Colonial	25.08.07	Alunos/Funcionários/ Pais/Diretoria/ Comunidade	500
Semana Nacional do Excepcional	21 a 28.08.07	Alunos/Funcionários/ Pais	150
Projeto "Administrando Minha Cidade	01.09.07	Aluno da Escola	01
Desfile Cívico	07.09.07	Alunos/Professores/Pais	70
Baile APAE Novo Hamburgo		Alunos/professores	50
Baile APAE Ivoti Oktoberfest		Alunos/professores	50
Apresentações de dança	Ano todo	Estância Velha e Vale dos Sinos	-----
Noite do Pijama		Alunos/professores	62
Baile dos Amigos Especiais	Ano todo	Alunos/Professores/ Alunos de outras APAEs	250
Passeio Nova Petropolis	05.12.07	Alunos/pais/professores	15
Passeio de Natal Parque SC	05 à 07.12.07	Alunos/familiares/tecn. Professores	54

Tabela 07: Ações realizadas por área de atuação, escola especial
(APAE, Estância Velha, 2009)

Programa	Público Alvo	Ações	Nº Benef	Dias Letivos
Atendimento Educacional	Pessoas Com Deficiência Mental	Atendimento Pedagógico Formal	42 Alunos	200
Oficina de Dança	Pessoas Com Deficiência Mental e criança e adolescente em situação de risco social	Aulas de dança 2 vezes por semana. Participação do grupo de dança, em festividades e apresentações artísticas.	25 Alunos 25 alunos	80
Oficina de Capoeira	Pessoas Com Deficiência Mental e crianças e adolescentes em risco social.	Aulas de capoeira 2 vezes por semana. Participação de rodas de capoeira.	30 Alunos 30 Alunos	80
Oficina de Pintura em Tela	Pessoas Com Deficiência	Aulas semanais de Pintura em Tela.	04 Alunos	44
Educação Profissional	Jovens e adultos Com Deficiência	Pré-oficina preparação para o trabalho. Colocação no mercado de trabalho.	32 Alunos	160
Oficina de Computação	Jovens e adultos pessoas com deficiência	Aulas em duplas 2 vezes por semana.	42	44

Tabela 08: Fisioterapia (APAE, Estância Velha, 2009)

Programas	Público Alvo	Ações	Nº de Benef.
Atendimento Clínico de Fisioterapia	Crianças e Adolescentes com seqüelas motoras de qualquer origem.	Atendimento clínico individual 2 vezes por semana. Orientações de manejo fisioterápico aos professores e aos familiares	20 10

Tabela 09: Fonoaudiologia (APAE, Estância Velha, 2009)

Programas	Público Alvo	Ações	Nº de Benef.
Atendimento Clínico de Fonoaudiologia	Crianças, Adolescentes e adultos com dificuldades na linguagem	Um atendimento clínico individual ou em grupo semanal.	106

Tabela 10: Psicopedagogia (APAE, Estância Velha, 2009)

Programas	Público Alvo	Ações	Nº de Benef.
Atendimento Clínico de Psicopedagógico	Crianças e Adolescentes.	Atendimento clínico individual 1 vez por semana.	88
Orientações aos professores e pais	Professores e pais dos alunos atendidos.	Acompanhamento nas escolas de crianças com deficiência, e que estão incluídas na rede regular de ensino.	176

Tabela 11: Psicologia (APAE, Estância Velha, 2009)

Programas	Público Alvo	Ações	Nº de Benef.
Atendimento individual	Crianças e adolescentes com dificuldades emocionais	Atendimento psicoterápico de enfoque sistemático e dinâmico.	264
Atendimento clínico as famílias	Famílias dos clientes	Atendimento as famílias	10
Grupo de Pais da Estimulação Precoce	Pais e crianças em atendimento na Estimulação Precoce	Grupo de apoio de orientações e suporte aos pais.	12

Tabela 12: Estimulação Precoce (APAE, Estância Velha, 2009)

Programas	Público Alvo	Ações	Nº de Benef.
Atendimento Clínico de Estimulação Precoce	Crianças de zero a três anos, pessoas com deficiência e necessidades especiais ou em situação de risco	Atendimento clínico individual 2 vezes, por semana com o acompanhamento da família Orientações a família quanto a manejos e situações da vida diária da criança	11 11

Tabela 13: Serviço Social (APAE, Estância Velha, 2009)

Programas	Público Alvo	Ações	Nº de Benef.
Encaminhamentos	Comunidade de Estância Velha e outros	Documentos escrito contato telefônico	65
Visitas Domiciliares	Famílias cadastradas na Instituição	Visitas na residência (individual)	42
Grupos de Pais Iniciantes	Famílias que iniciam atendimento na Instituição	1 encontro em grupo de aproximadamente 30 pessoas ou mais.	11



Imagem 08: Fachada principal da APAE de Estância Velha



Imagem 09: Fachada principal da APAE de Estância Velha



Imagem 10: Fachada principal da APAE de Estância Velha - acesso principal

A atual estrutura física da APAE conta na parte antiga (Imagem 11) com as clínicas de atendimento, (Imagem 12) e mais a sala de estimulação precoce (Imagem 13), esta precisa de um espaço para um chuveiro, pois eventualmente é necessário a limpeza de alunos, a recepção para os frequentadores e acompanhantes (Imagem 13), a secretaria, e uma sala de espera. Segundo Nascimento (2009) a sala de espera e a secretaria não possuem o espaço da qual necessitariam, pois a sala de espera fica no próprio corredor de acesso. A atual secretaria possui dois guixes de atendimento, um para a população, na recepção e outro para os funcionários (Imagem 22). A partir da secretaria, se acessa a sala da direção (Imagem 23), que é a mesma sala da relações públicas, o espaço é visivelmente pequeno, e esta sala ainda funciona como depósito. A sala da direção se liga com a sala de reuniões, ao lado existe outra sala (Imagem 24) e os banheiros (Imagem 28) com o forro bastante comprometido pelas infiltrações (Imagem 29). Já no outro bloco, temos a sala de fisioterapia (Imagens 30 e 31), a antiga cozinha (Imagem 32), e um corredor na lateral do prédio, o qual foi adaptado para a lavanderia (Imagem 33) e depósito (Imagem 34). Na sequência existem os banheiros dos alunos (Imagens 35 e 36) e as salas de aula (Imagens 37 e 38), a

sala de culunária (Imagem 39), a sala de dança (Imagem 40) e a sala de informática (Imagem 41).

Os banheiros são muito pequenos e não comportam os alunos cadeirantes. A edificação em “L” permitiu um pequeno pátio no centro, aonde se localiza a pracinha (Imagem 42).

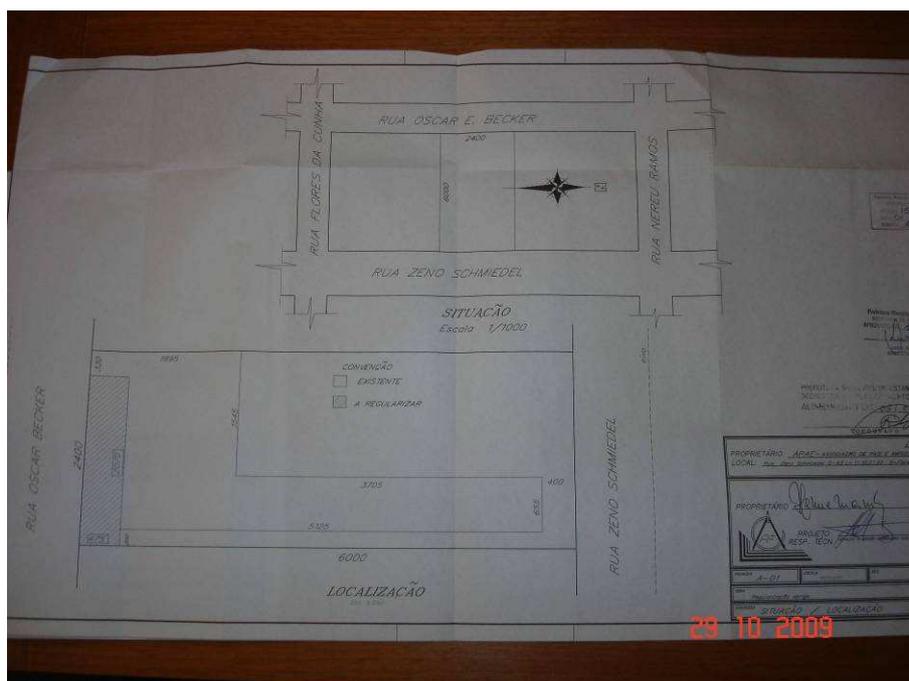


Imagem 11: Planta situação localização

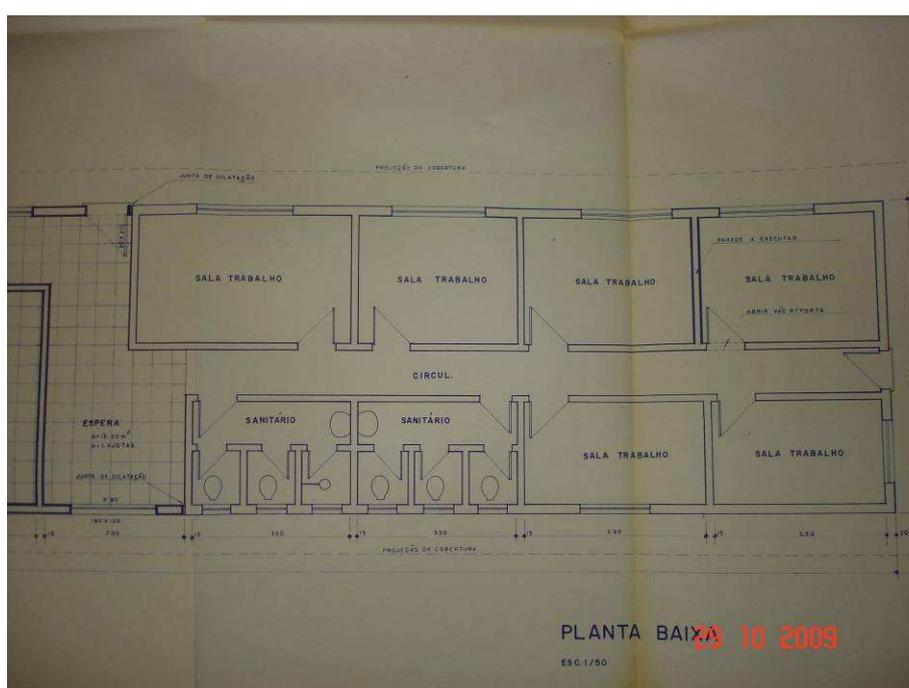




Imagem 14: Planta baixa aumento das três salas de aula



Imagem 15: Corredor das clínicas



Imagem 16: Sala da clínica



Imagem 17: Sala da estimulação precoce, atenção ao chuveiro



Imagem 18: Sala da estimulação precoce, atenção ao espelho

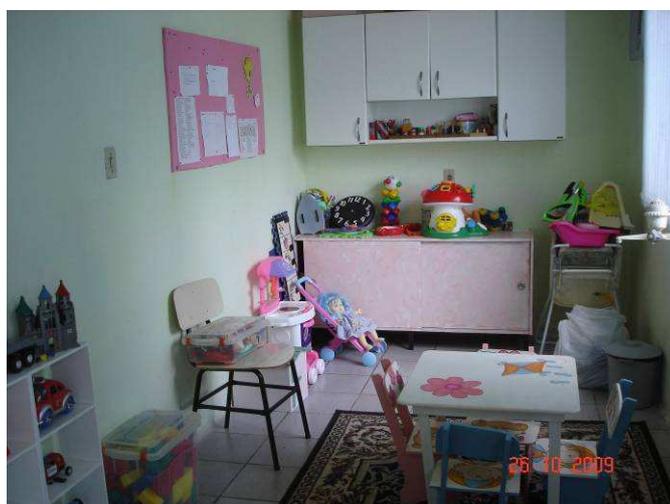


Imagem 19: Sala da estimulação precoce



Imagem 20: Guichê de atendimento ao público



Imagem 21: Secretaria



Imagem 22: Guichê de atendimento aos funcionários



Imagem 23: Sala da direção, relações públicas e depósito

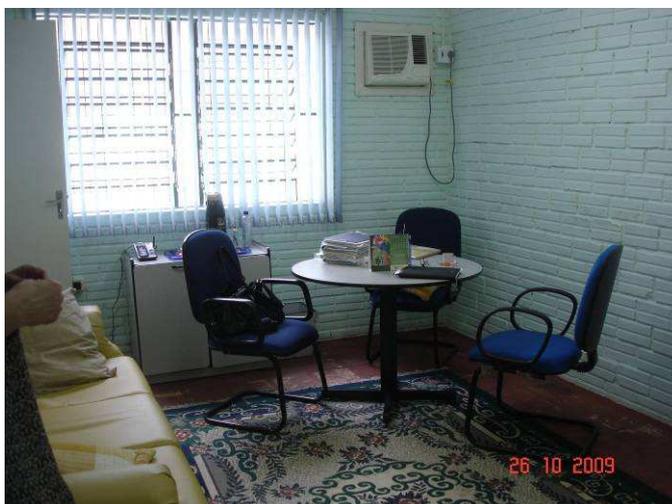


Imagem 24: Sala de reuniões



Imagem 25: Sala de aula

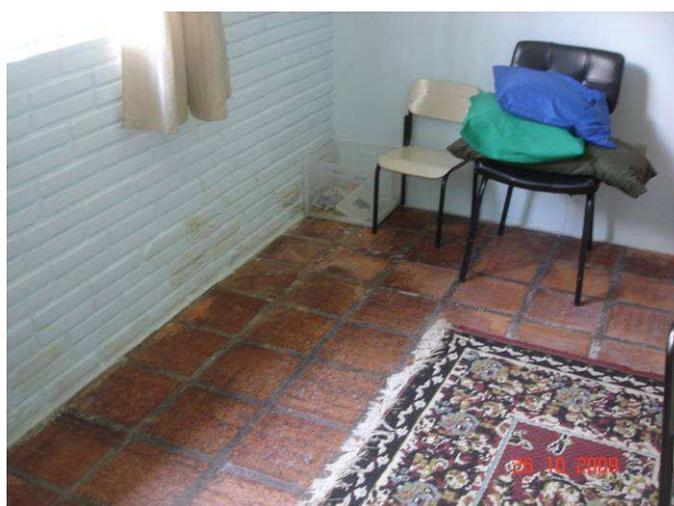


Imagem 26: Sala de aula, elevação sul, parede mofada



Imagem 27: Sala de aula



Imagem 28: Banheiro, não há espaço para cadeirantes

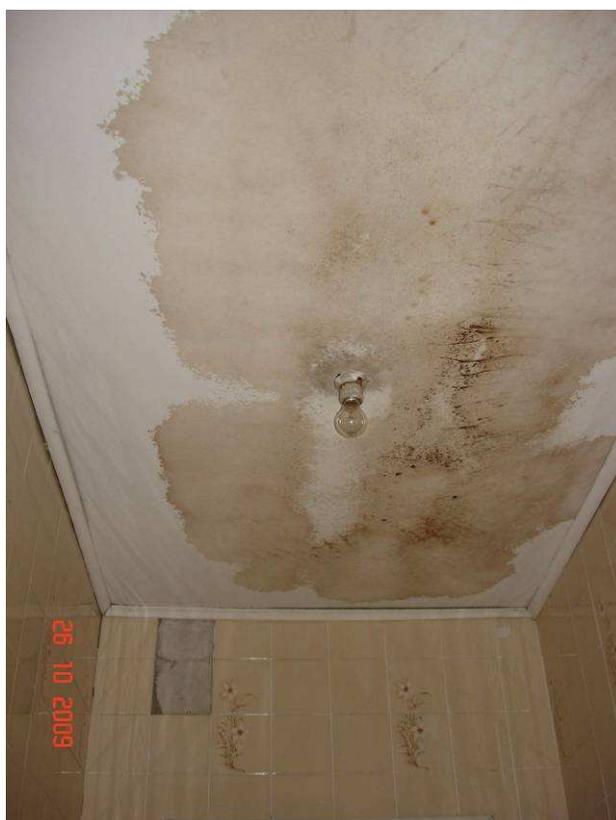


Imagem 29: Banheiro, patologias aparentes



Imagem 30: Sala para fisioterapia



Imagem 31: Sala para fisioterapia



Imagem 32: Copa



Imagem 33: Corredor que serve de lavanderia



Imagem 34: Corredor que serve de depósito



Imagem 35: Banheiro



Imagem 36: Banheiro



Imagem 37: Sala de aula



Imagem 38: Sala de aula



Imagem 39: Sala de aula para oficinas e aula de culinária



Imagem 40: Sala para danças



Imagem 41: Sala de informática



Imagem 42: Pracinha

Na APAE hoje, são desenvolvidas as atividades de dança contemporânea, capoeira, natação, teatro e a mais recente que é a criação da banda, além das oficinas. Há interesse de futuramente enriquecer o currículo com mais atividades complementares, como dança folclórica, mas para isso é necessário mais espaço físico, e também a criação da oficina de horticultura.

3. LOTE E ENTORNO

3.1 Justificativa da Escolha do Lote

Com o intuito de manter a tipologia de bairro do qual os alunos estão acostumados, o lote já foi proposto em um outro momento pela direção da entidade, que cogita a algum tempo a ampliação da sede. Este se encontra no bairro Centro, que é vizinho do bairro atual, o terreno da APAE atualmente se encontra na periferia do bairro Floresta em um local mais acidentado.

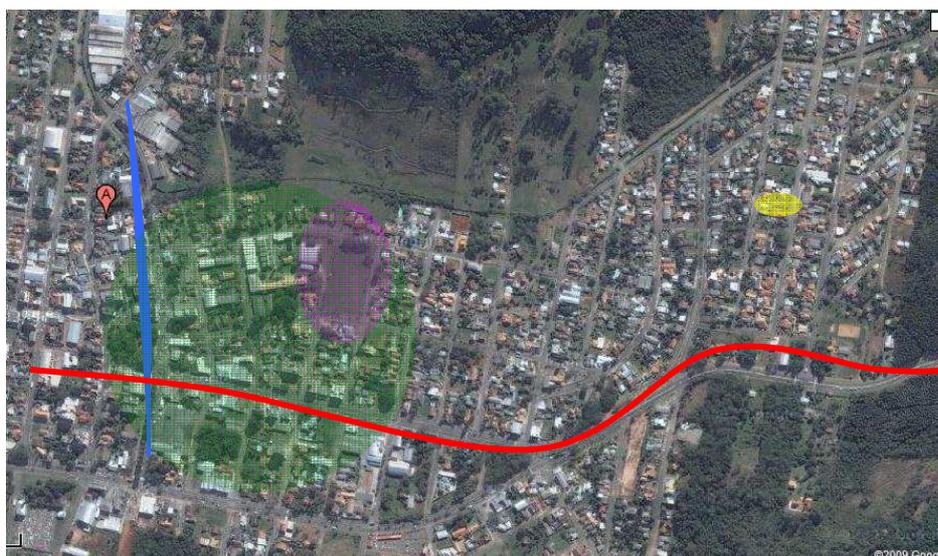


Imagem 43: Comparação dos dois lotes (adaptado de GOOGLE EARTH, 2009)

- | | | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------|---------------|-------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------|
|  | Lote proposto |  | Avenida de acesso Presidente Vargas |
|  | Lote atual |  | Avenida Sete de Setembro |
|  | Centro | | |

Já o atual lote, esta posicionado de maneira estratégica em relação ao centro da cidade, mas com a característica de um local mais tranquilo e sussegado, já que não possui asfalto, e localiza-se em uma área de caráter residencial. Outro aspecto determinante para a escolha do terreno é a dimensão do mesmo que possibilitará a inserção completa do programa de necessidades.

O lote escolhido possui um terreno plano, e está circundado pelos bairros; Floresta, União, Sol Nascente, Rincão Gaúcho e Flor da Rosa (Imagem 44). O bairro está caracterizado pelo uso misto, e possui um entorno consolidado pela presença de residências.



Imagem 44: Localização do lote dentro do bairro (adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA, 2009)

3.2 Localização do Lote, Levantamento Topográfico e suas Características

O lote se encontra na cidade de Estância Velha, no estado do Rio Grande do Sul, Brasil e está limitado pelas cidades de Ivoti, Dois Irmãos, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Portão.

Ao entrar pela principal via de acesso da cidade de Estância Velha a Av: Presidente Vargas, que é acessada pela BR 116 e RS 239, é possível visualizar do lado direito o bairro Floresta, local da atual sede. Vizinho a este bairro, mais ao fundo da Imagem encontra-se o bairro Centro. Este bairro possui uma altitude de 44m (Prefeitura Municipal, 2009), e ele é o mais baixo e plano do município. O lote está inserido na parte nordeste do bairro, mais próximo a área do centro administrativo da cidade (Imagem 45).

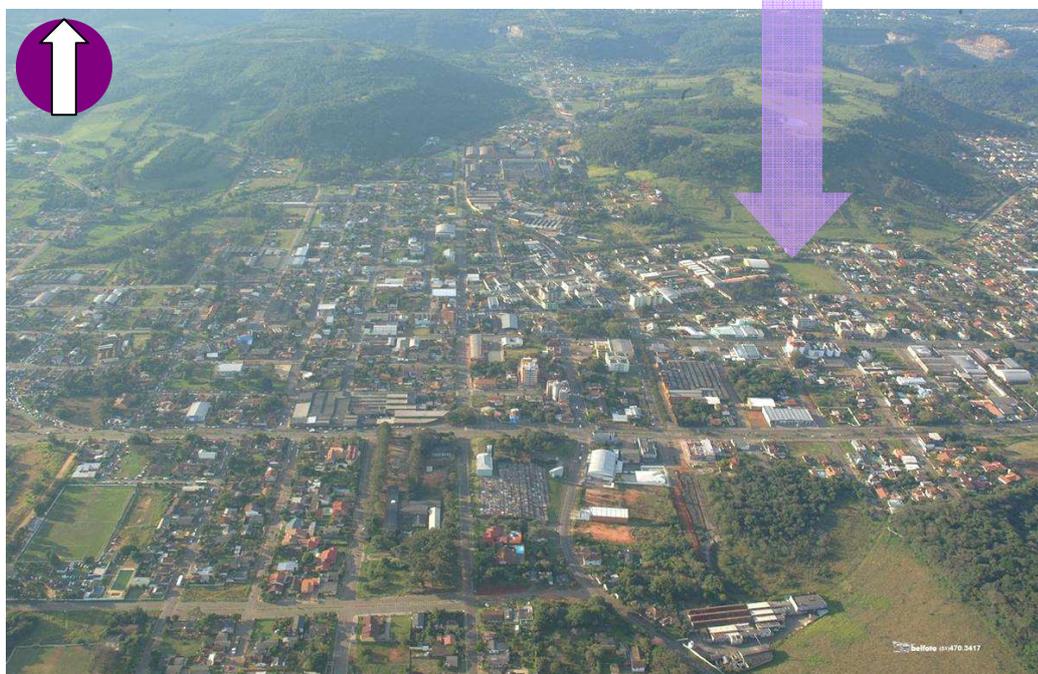


Imagem 45: Aéreo da cidade de Estância Velha e localização do lote dentro da cidade (adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA, 2009)



Imagem 46: Vista superior do bairro Floresta, tipologias das alturas.

Seu acesso pode ser realizado pelas ruas Machado de Assis, Tobias Barreto e José de Alencar, estas estão ligadas diretamente com a principal Av Presidente Vargas. As ruas que o circundam são: Eça de Queiroz, Tobias Barreto, José de Alencar, e Gregório de Mattos (Imagem 47).

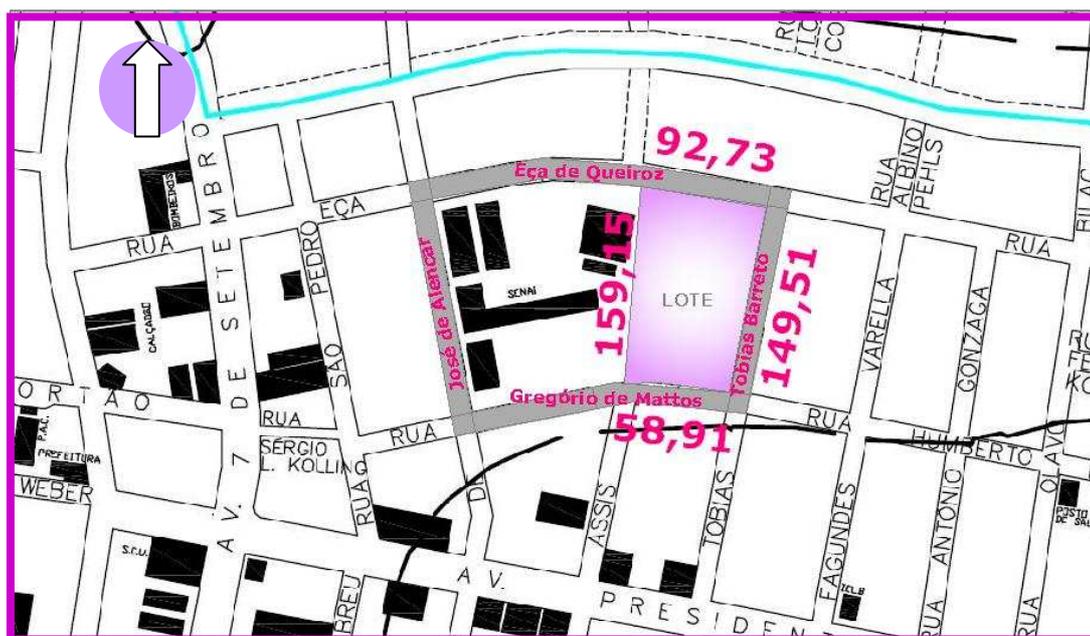


Imagem 47: Lote na quadra com o levantamento planialtimétrico (adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA, 2009)

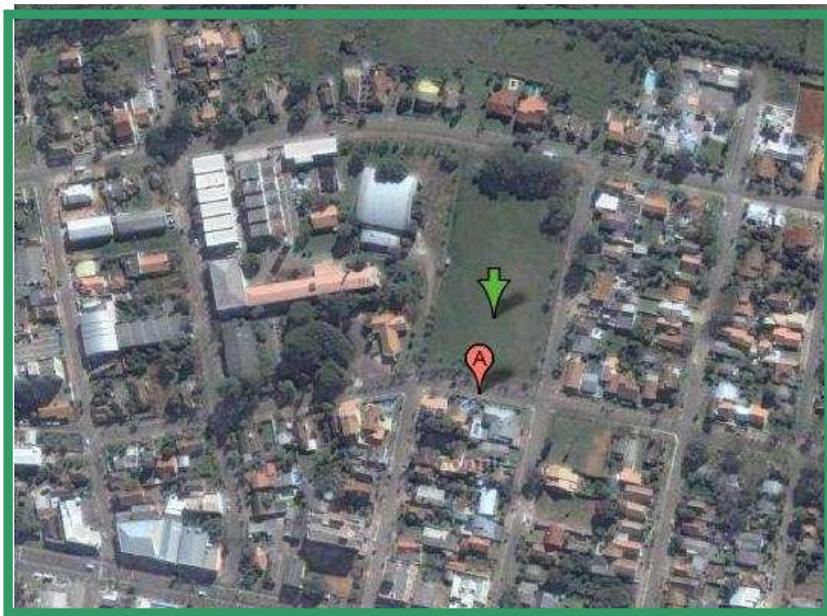


Imagem 48: Vista superior do lote (adaptado de GOOGLE EARTH, 2009)

Atualmente o lote se encontra ocioso, e possui algumas ovelhas para manter a vegetação rasteira (Imagem 49). A quadra tem uma empresa ligada ao setor coureiro (Imagem 50) e também a escola Técnica Senai (Imagem 51).



Imagem 49: Ovelhas no local do terreno.



Imagem 50: Empresa ao lado do terreno.

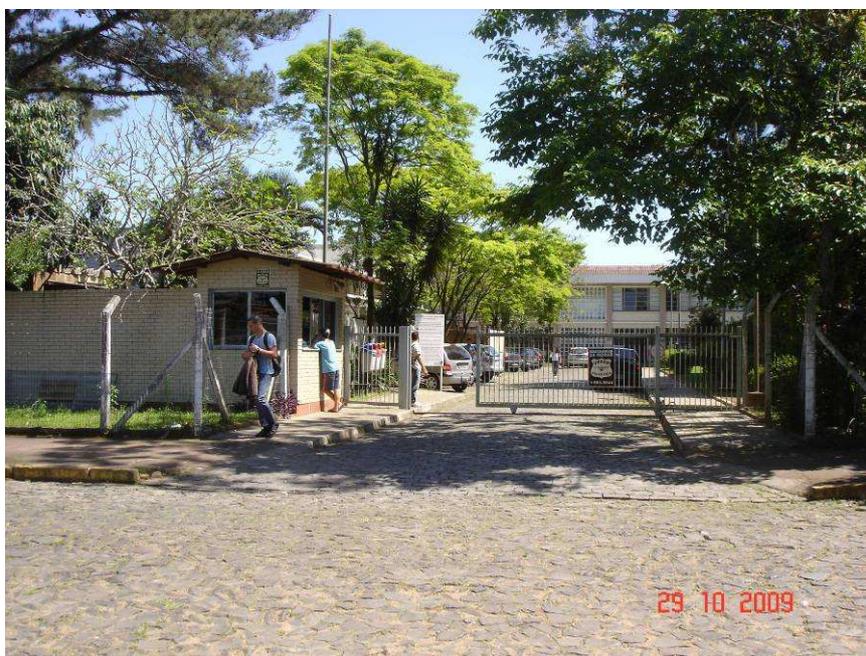


Imagem 51: Escola técnica Senai

De acordo com o levantamento topográfico, o terreno não possui desnível, e se encontra em uma grande área plana da cidade. A Imagem mostra a quadra com

o terreno e as curvas que o circundam, vale ressaltar que a cidade de Estância Velha é contornada por morros, dois deles visíveis na Imagem 52 abaixo.



Imagem 52: Parte do levantamento planialtimétrico (adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA, 2009)

3.3. Levantamento do Lote em estudo e seu Entorno

O lote do presente estudo encontra-se completamente desocupado, fato pelo qual já houve interesse anteriormente. Este é o campo de práticas esportivas da Escola Técnica SENAI, que esporadicamente possui aulas de educação física e não conta com um time de futebol que freqüente o local. O lote possui 21 árvores (Imagens 53 e 54), nenhuma destas é imune ao corte, pois não fazem parte do grupo de árvores em extinção e não se caracterizam como mata nativa. As mais antigas e maiores irão ser preservadas.



Imagem 53: Terreno com suas respectivas árvores e pavilhão para práticas esportivas do Senai ao fundo.



Imagem 54: Terreno visto da esquina sudeste.

O entorno contíguo do lote é constituído em sua maioria por edificações baixas de até três pavimentos (Imagem 55), elas se caracterizam em sua maioria por residências, e há poucos estabelecimentos comerciais. A Imagem 57 permite a visualização, na cor preta, das edificações que possuem comércio e serviços e

também edifícios com quatro pavimentos ou mais, as demais áreas brancas se caracterizam por edificações residenciais. Na Imagem 56 é possível perceber que o bairro conta com uma forte característica que é a uniformidade das alturas.



Imagem 55: Visual do entorno do lote a partir da Rua Gregório de Mattos.



Imagem 56: Uniformidade nas alturas das edificações do bairro.

As imagens 59 e 60 mostram as características do lote em que o projeto será implantado. As imagens revelam o entorno em que o lote se encontra e suas principais tipologias e usos, ressaltando as edificações que o contornam.



Imagem 59: Visual do terreno a partir da Rua Tobias Barreto.



Imagem 60: Visual do terreno a partir da Rua Machado de Assis.



Imagem 61: Visual do entorno do lote a partir Avenida Presidente Vargas.



Imagem 62: Quadra do lote vista ao fundo.



Imagem 63: Visual do entorno do lote a partir da Rua Machado de Assis.



Imagem 64: Visual do entorno do lote a partir da Avenida Sete de Setembro.



Imagem 65: Vista da fachada da Sociedade de Canto União.



Imagem 66: Visual do monumento ao Curtidor, principal rótula da cidade.

3.4 Regime Urbanístico e Sistemas dos Fluxos Viários

Conforme o Plano Diretor de Estância Velha, LEI Nº 1158, de dois de outubro de 2006, o lote está localizado na Zona Central (ZC) que corresponde ao núcleo urbano inicial do Município, e caracteriza-se pelas condições físicas e de infraestrutura favoráveis à ocupação intensiva, predominando as atividades comerciais e de serviço de caráter municipal.

Tabela 14: Quadro de usos e Regime Urbanístico (adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA, 2009)

ZONA	IA	TO	CI	RECUO FRENTE	RECUO LAT.	RECUO FUNDOS	ALTURA (M)	LOTE MÍNIMO (m ²)	USOS
ZEP I	0,05		10000	Art. 27	Art. 17	-	-	10.000	Ra, Rd, Rg, Rt.
ZEP II	0,5	25%	250	4m e Art. 17	Art. 17	Art. 17	4 pavim. h= 12,60	1.000	R, CSRb, CSD, RT.
Z1	2,4	60%	50	4 m	Art. 17	Art. 17	4 pavim. h= 12,60	300 L=12	R, CSD, RT,I,2 Art. 28
Z2	2,4	60%	50	4 m	Art. 17	Art. 17	4 pavim. h= 12,60	250 L= 10	R, CSD RT,I,2 Art. 28
ZC	4	80% 60%	30	4m ou Alinhamento	Art. 17	Art. 17	8 pavim. h= 23,60	300 L=12	R, CSRb ERLN, RT Art. 28, CSP,CSD, I,2
ZM	4	80% 60%	30	4m ou Alinhamento	Art. 17	Art. 17	4 pavim. h= 12,60	300 L=12	R, CSR, ERLN, RT Art. 28, CSP, CSD,I,2
Z11	1	50%	1000	10m	5m	5m	-	1000	CSR, ERLN CSTP,CSP, CSD, I,1, I,2
Z12	1	80%	50	4m	Art. 17	Art. 17	-	360	CSR, ERLN CSTP,CSP, CSD, I,2
CD	R=4,0	R=60%	R=30	4 m	R= Art.17	R= Art.17	Conforme	Conforme	R, CSR,CSD, RT, CSP
	CI=2,4	CI=80%	CI=1000				Zoneamento Limitrofe	Zoneamento Limitrofe	ERLN, CSTP, I,2

O plano diretor da cidade determina na seção II (Da Classificação de Usos Urbanos) que:

I - Uso Residencial – R; compreendendo:

- a)** Residências unifamiliares isoladas;
- b)** Residências unifamiliares agrupadas, geminadas ou em série;
- c)** Residências multifamiliares;
- d)** Habitações coletivas: internatos, orfanatos, asilos, casas de repouso;
- e)** Conjuntos habitacionais edificadas em quarteirões resultantes de parcelamento do solo para fins urbanos;
- f)** Condomínios residenciais por unidades autônomas;
- g)** Residências temporárias: hotéis, motéis, pousadas.

II - Comércio e Serviços Geradores de Ruídos – CSR; compreendendo:

- a)** Estabelecimentos que utilizem máquinas ou utensílios ruidosos, notadamente;

1- serrarias, carpintarias ou marcenarias;

2 - serralherias;

3- oficinas mecânicas.

- b)** Clínicas veterinárias, canis, escolas de adestramento de animais e congêneres.

III - Estabelecimentos de Recreação e Lazer Noturnos – ERLN; compreendendo estabelecimentos de recreação ou lazer com horário de funcionamento atingindo o período entre 22 horas e 6 horas, tais como:

- a)** Salões de baile, salões de festas;
- b)** Clubes noturnos, discotecas, boates;
- c)** Bilhares e boliches.

V - Comércio e Serviços Perigosos – CSP; compreendendo:

- a)** comércio de inflamáveis;
- b)** comércio de explosivos, conforme legislação específica.

VI - Comércio e Serviços Diversificados – CSD; compreendendo qualquer estabelecimento de comércio ou serviços não incluídos nas demais categorias, tais como:

- a)** Comércio de abastecimento;
- b)** Comércio varejista;
- c)** Serviços profissionais;
- d)** Serviços pessoais;
- e)** Serviços de manutenção;

- f) Serviços de comunicação;
- g) Serviços financeiros e administrativos;
- h) Serviços de segurança;
- i) Serviços de saúde;
- j) Serviços educacionais e culturais.

X - Indústria 2 - I.2:

a) Classificada como integrante da ZUD - Zona de Uso Diversificado , conforme a Lei Federal nº 6803/80, que não prejudique a segurança, o sossego e a saúde da vizinhança, que não ocasione o movimento excessivo de pessoas e veículos, que não elimine gases fétidos, poeiras e trepidações, ou seja, estabelecimentos industriais cujo processo produtivo seja complementar às atividades do meio urbano ou rural em que se situem e com eles se compatibilizem.

b) Classificada como integrante da ZUPI - Zona de Uso Predominantemente Industrial, conforme a Lei Federal nº 6803/80, compreendendo indústrias cujos processos, submetidos a métodos adequados de controle e tratamento de efluentes, não causem incômodos sensíveis às demais atividades urbanas.

Art. 28 As atividades correspondentes às categorias de usos I.2 com área construída superior a 250 m², CSR, ERLN, CSTP e CSP somente serão admitidas nas vias com gabarito mínimo de 18,00m.

Vale ressaltar também que nos terrenos de esquina serão exigidos os recuos de frente em ambas as testadas, nos seguintes valores:

I - Na testada de menor dimensão, no mínimo 4,00m;

II - Na testada de maior dimensão, no mínimo 2,00m.

Art. 21 A Taxa de Ocupação e os recuos poderão ser alterados a critério da Secretaria Municipal do Planejamento Urbano, e do Conselho Plano Diretor mediante solicitação dos interessados nos seguintes casos:

I - Para preservação de árvores de porte no interior dos lotes ou no passeio, em especial aquelas declaradas imunes ao corte;

Art. 15 Na Zona Central e na Zona Mista, a Taxa de Ocupação nos dois

pavimentos deverão observar recuo lateral obrigatoriamente desde o terceiro pavimento.

É importante salientar que estabelecimentos de ensino privado necessitam de 1 (uma) vaga para 200m² de área construída para estacionamento.

A partir dos valores retirados do Plano Diretor, foram obtidos os seguintes dados do terreno em estudo:

Área do Lote: 14.046,144 m²

TO – Taxa de Ocupação (80%): 11.236,91 m²

IA – Índice de aproveitamento (4): 56.184,576 m²

Observando atentamente a zona em estudo, no mapa do Sistema Viário, as vias que circundam o lote são de mão simples permitindo o fluxo de veículos nos dois sentidos (Imagem 68) e contornadas pela calçada (Imagem 69) e não são pavimentadas (Imagem 70).

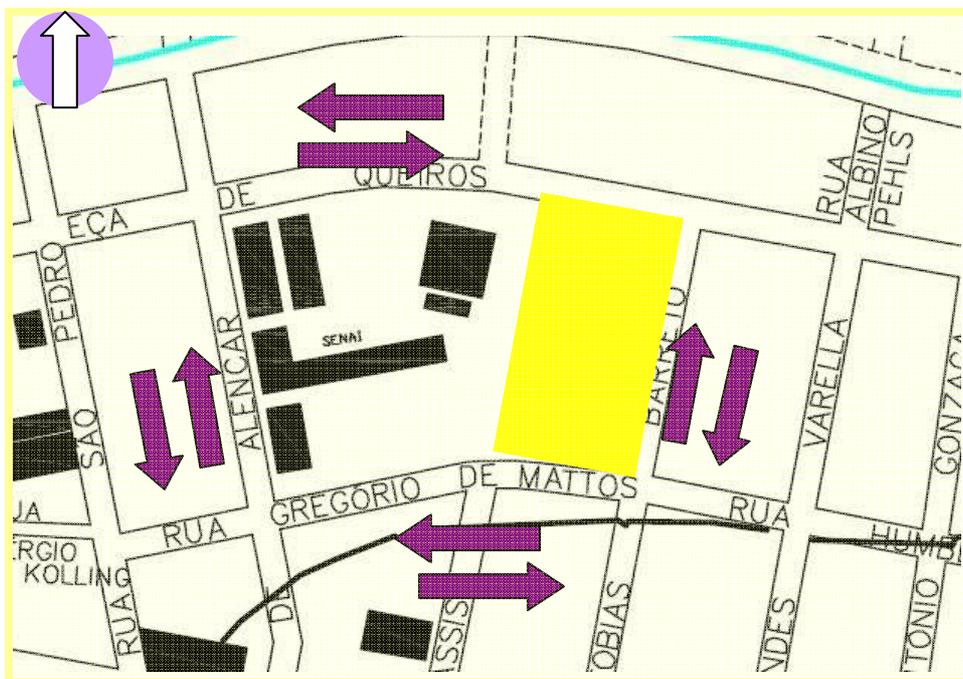


Imagem 68: Sentido das vias que circundam a quadra do lote (adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA, 2009).



Imagem 69: Visual da calçada que contorna o lote.



Imagem 70: Visual das ruas que circundam o lote que não são pavimentadas.

3.5 Orientação Solar

Através da visita realizada, constatou-se que a maioria das salas de aula se encontram com suas aberturas na elevação sul, conseqüentemente há presença de umidade na parte inferior das paredes (Imagem 71). Já o corredor que uni todas elas está na orientação norte. É notável a necessidade de ventilação e iluminação natural, também é perceptível cuidados para o inverno, como aquecedores e tapetes (Imagem 72), pois o piso é cerâmico. De acordo com as entrevistas realizadas, os profissionais da instituição zelam por salas com aconchegantes e com conforto térmico, principalmente as salas utilizadas para as seções de terapias, que precisam transparecer acolhimento ao paciente.

Desta forma, o planejamento do projeto visa o melhor aproveitamento dos recursos naturais proporcionando assim conforto térmico. Portanto os ambientes serão voltados para as orientações solares que recebam iluminação direta e ventilação cruzada. O cuidado com a incidência solar se fará através da utilização de brises.



Imagem 71: Parede que se encontra na orientação sul.

4. PROPOSTA DE PROJETO

4.1 O Conceito

No início do século XX, as autoridades francesas solicitaram a Alfredo Binet que criasse um instrumento pelo qual se pudesse prever quais as crianças que teriam sucesso nos liceus parisienses. O instrumento criado por Binet testava a habilidade das crianças nas áreas verbal e lógica, já que os currículos acadêmicos dos liceus enfatizavam, sobretudo o desenvolvimento da linguagem e da matemática. Este instrumento deu origem ao primeiro teste de inteligência, desenvolvido por Terman, na Universidade de Standford, na Califórnia: o Standford-Binet Intelligence Scale (GAMA, 2009).

Subseqüentes testes de inteligência e a comunidade de psicometria tiveram enorme influência, durante este século, sobre a idéia que se tem de inteligência, embora o próprio Binet (Binet & Simon, 1905 Apud Kornhaber & Gardner, 1989) tenha declarado que um único número, derivado da performance de uma criança em um teste, não poderia retratar uma questão tão complexa quanto à inteligência humana. Hoje é possível a visão de inteligência que aprecia os processos mentais e o potencial humano a partir do desempenho das pessoas em diferentes campos do saber. As pesquisas mais recentes em desenvolvimento cognitivo e neuropsicologia sugerem que as habilidades cognitivas são bem mais diferenciadas e mais específicas do que se acreditava (Gardner, 1985). Neurologistas têm documentado que o sistema nervoso humano não é um órgão com propósito único nem tão pouco

é infinitamente plástico. Acredita-se, hoje, que o sistema nervoso seja altamente diferenciado e que diferentes centros neurais processem diferentes tipos de informação (Gardner, 1987).

Howard Gardner (Imagem 75), psicólogo da Universidade de Harvard, baseou-se nestas pesquisas para questionar a tradicional visão da inteligência, uma visão que enfatiza as habilidades lingüística e lógico-matemática. Segundo Gardner (1987), todos os indivíduos normais são capazes de uma atuação em pelo menos sete diferentes e, até certo ponto, independentes áreas intelectuais. Ele sugere que não existem habilidades gerais, duvida da possibilidade de se medir a inteligência através de testes de papel e lápis e dá grande importância a diferentes atuações valorizadas em culturas diversas. Finalmente, ele define inteligência como a habilidade para resolver problemas ou criar produtos que sejam significativos em um ou mais ambientes culturais (GAMA, 2009).

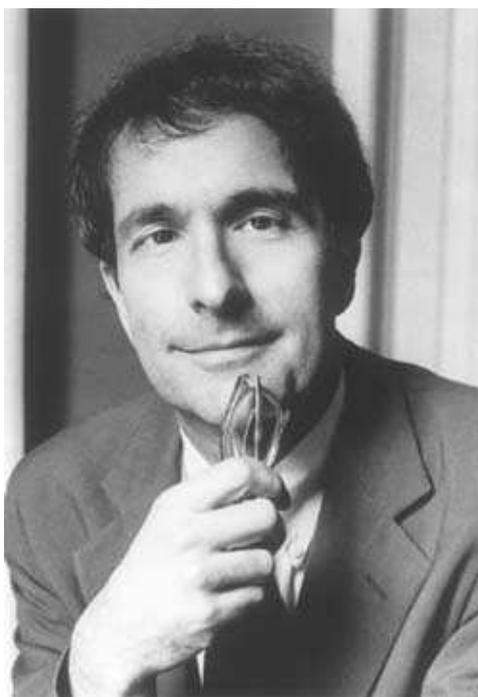


Imagem 75: Howard Gardner

4.1.1. A teoria

De acordo com Gama (2009), a Teoria das Inteligências Múltiplas, de Howard Gardner (1985) é uma alternativa para o conceito de inteligência como uma

capacidade inata, geral e única, que permite aos indivíduos uma performance, maior ou menor, em qualquer área de atuação. Sua insatisfação com a ideia de QI (Quociente de inteligência) e com visões unitárias de inteligência, que focalizam sobretudo as habilidades importantes para o sucesso escolar, levou Gardner (1985), a redefinir inteligência à luz das origens biológicas da habilidade para resolver problemas. Através da avaliação das atuações de diferentes profissionais em diversas culturas, e do repertório de habilidades dos seres humanos na busca de soluções, culturalmente apropriadas, para os seus problemas, Gardner (1985), trabalhou no sentido inverso ao desenvolvimento, retroagindo para eventualmente chegar às inteligências que deram origem a tais realizações. Na sua pesquisa, ele estudou também:

- * o desenvolvimento de diferentes habilidades em crianças normais e crianças superdotadas;

- * adultos com lesões cerebrais e como estes não perdem a intensidade de sua produção intelectual, mas sim uma ou algumas habilidades, sem que outras habilidades sejam sequer atingidas;

- * populações ditas excepcionais, tais como idiot-savants e autistas, e como os primeiros podem dispor de apenas uma competência, sendo bastante incapazes nas demais funções cerebrais, enquanto as crianças autistas apresentam ausências nas suas habilidades intelectuais;

- * como se deu o desenvolvimento cognitivo através dos milênios.

Psicólogo construtivista muito influenciado por Piaget, Gardner distingue-se de seu colega de Genebra na medida em que Piaget acreditava que todos os aspectos da simbolização partem de uma mesma função semiótica, enquanto que ele acredita que processos psicológicos independentes são empregados quando o indivíduo lida com símbolos lingüísticos, numéricos gestuais ou outros. Segundo Gardner (1982), uma criança pode ter um desempenho precoce em uma área (o que Piaget chamaria de pensamento formal) e estar na média ou mesmo abaixo da média em outra (o equivalente, por exemplo, ao estágio sensório-motor). Gardner (1982) descreve o desenvolvimento cognitivo como uma capacidade cada vez maior de entender e expressar significado em vários sistemas simbólicos utilizados num contexto cultural, e sugere que não há uma ligação necessária entre a capacidade

ou estágio de desenvolvimento em uma área de desempenho e capacidades ou estágios em outras áreas ou domínios (Malkus e col., 1988). Num plano de análise psicológico, afirma Gardner (1982), cada área ou domínio tem seu sistema simbólico próprio; num plano sociológico de estudo, cada domínio se caracteriza pelo desenvolvimento de competências valorizadas em culturas específicas. Gardner (1982) sugere, ainda, que as habilidades humanas não são organizadas de forma horizontal; ele propõe que se pense nessas habilidades como organizadas verticalmente, e que, ao invés de haver uma faculdade mental geral, como a memória, talvez existam formas independentes de percepção, memória e aprendizado, em cada área ou domínio, com possíveis semelhanças entre as áreas, mas não necessariamente uma relação direta (GAMA, 2009).

4.1.2 As Inteligências Múltiplas

Gardner (1985) identificou as inteligências lingüística, lógico-matemática, espacial, musical, cinestésica, interpessoal e intrapessoal (Imagem 76). Postula que essas competências intelectuais são relativamente independentes, têm sua origem e limites genéticos próprios e substratos neuroanatômicos específicos e dispõem de processos cognitivos próprios. Segundo ele, os seres humanos dispõem de graus variados de cada uma das inteligências e maneiras diferentes com que elas se combinam e organizam e se utilizam dessas capacidades intelectuais para resolver problemas e criar produtos. Gardner (1985) ressalta que, embora estas inteligências sejam, até certo ponto, independentes uma das outras, elas raramente funcionam isoladamente. Embora algumas ocupações exemplifiquem uma inteligência, na maioria dos casos as ocupações ilustram bem a necessidade de uma combinação de inteligências. Por exemplo, um cirurgião necessita da acuidade da inteligência espacial combinada com a destreza da cinestésica (GAMA, 2009).

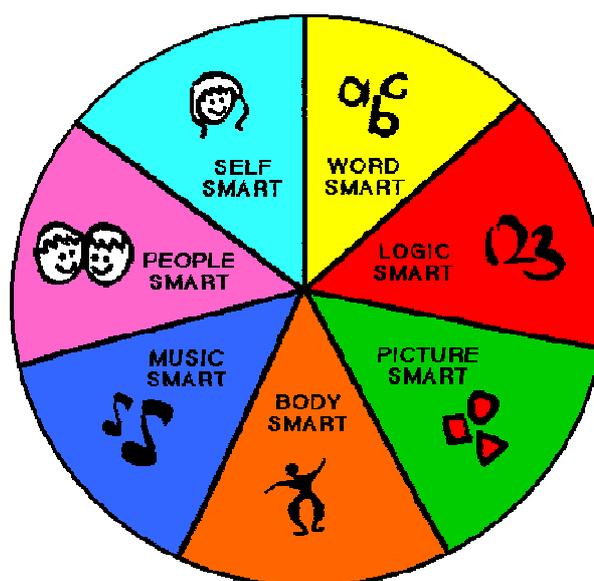


Imagem 76: Circulo dos sete tipos de inteligências

a) Inteligência lingüística - Os componentes centrais da inteligência lingüística são uma sensibilidade para os sons, ritmos e significados das palavras, além de uma especial percepção das diferentes funções da linguagem. É a habilidade para usar a linguagem para convencer, agradar, estimular ou transmitir idéias. Gardner (1985) indica que é a habilidade exibida na sua maior intensidade pelos poetas. Em crianças, esta habilidade se manifesta através da capacidade para contar histórias originais ou para relatar, com precisão, experiências vividas.

b) Inteligência musical - Esta inteligência se manifesta através de uma habilidade para apreciar, compor ou reproduzir uma peça musical. Inclui discriminação de sons, habilidade para perceber temas musicais, sensibilidade para ritmos, texturas e timbre, e habilidade para produzir e/ou reproduzir música. A criança pequena com habilidade musical especial percebe desde cedo diferentes sons no seu ambiente e, freqüentemente, canta para si mesma.

c) Inteligência lógico-matemática - Os componentes centrais desta inteligência são descritos por Gardner (1985) como uma sensibilidade para padrões, ordem e sistematização. É a habilidade para explorar relações,

categorias e padrões, através da manipulação de objetos ou símbolos, e para experimentar de forma controlada; é a habilidade para lidar com séries de raciocínios, para reconhecer problemas e resolvê-los. É a inteligência característica de matemáticos e cientistas Gardner (1985), porém, explica que, embora o talento científico e o talento matemático possam estar presentes num mesmo indivíduo, os motivos que movem as ações dos cientistas e dos matemáticos não são os mesmos. Enquanto os matemáticos desejam criar um mundo abstrato consistente, os cientistas pretendem explicar a natureza. A criança com especial aptidão nesta inteligência demonstra facilidade para contar e fazer cálculos matemáticos e para criar notações práticas de seu raciocínio.

d) Inteligência espacial - Gardner (1985) descreve a inteligência espacial como a capacidade para perceber o mundo visual e espacial de forma precisa. É a habilidade para manipular formas ou objetos mentalmente e, a partir das percepções iniciais, criar tensão, equilíbrio e composição, numa representação visual ou espacial. É a inteligência dos artistas plásticos, dos engenheiros e dos arquitetos. Em crianças pequenas, o potencial especial nessa inteligência é percebido através da habilidade para quebra-cabeças e outros jogos espaciais e a atenção a detalhes visuais.

e) Inteligência cinestésica - Esta inteligência se refere à habilidade para resolver problemas ou criar produtos através do uso de parte ou de todo o corpo. É a habilidade para usar a coordenação grossa ou fina em esportes, artes cênicas ou plásticas no controle dos movimentos do corpo e na manipulação de objetos com destreza. A criança especialmente dotada na inteligência cinestésica se move com graça e expressão a partir de estímulos musicais ou verbais demonstra uma grande habilidade atlética ou uma coordenação fina apurada.

f) Inteligência interpessoal - Esta inteligência pode ser descrita como uma habilidade para entender e responder adequadamente a humores, temperamentos motivações e desejos de outras pessoas. Ela é melhor

apreciada na observação de psicoterapeutas, professores, políticos e vendedores bem sucedidos. Na sua forma mais primitiva, a inteligência interpessoal se manifesta em crianças pequenas como a habilidade para distinguir pessoas, e na sua forma mais avançada, como a habilidade para perceber intenções e desejos de outras pessoas e para reagir apropriadamente a partir dessa percepção. Crianças especialmente dotadas demonstram muito cedo uma habilidade para liderar outras crianças, uma vez que são extremamente sensíveis às necessidades e sentimentos de outros.

g) Inteligência intrapessoal - Esta inteligência é o correlativo interno da inteligência interpessoal, isto é, a habilidade para ter acesso aos próprios sentimentos, sonhos e idéias, para discriminá-los e lançar mão deles na solução de problemas pessoais. É o reconhecimento de habilidades, necessidades, desejos e inteligências próprios, a capacidade para formular uma Imagem precisa de si próprio e a habilidade para usar essa Imagem para funcionar de forma efetiva. Como esta inteligência é a mais pessoal de todas, ela só é observável através dos sistemas simbólicos das outras inteligências, ou seja, através de manifestações lingüísticas, musicais ou cinestésicas.

4.1.3 O desenvolvimento das Inteligências

Na sua teoria, Gardner (1985) propõe que todos os indivíduos, em princípio, têm a habilidade de questionar e procurar respostas usando todas as inteligências. Todos os indivíduos possuem, como parte de sua bagagem genética, certas habilidades básicas em todas as inteligências. A linha de desenvolvimento de cada inteligência, no entanto, será determinada tanto por fatores genéticos e neurobiológicos quanto por condições ambientais. Ele propõe, ainda, que cada uma destas inteligências tem sua forma própria de pensamento, ou de processamento de informações, além de seu sistema simbólico. Estes sistemas simbólicos estabelecem o contato entre os aspectos básicos da cognição e a variedade de papéis e funções culturais (GAMA, 2009).

A noção de cultura é básica para a Teoria das Inteligências Múltiplas. Com a sua definição de inteligência como a habilidade para resolver problemas ou criar

produtos que são significativos em um ou mais ambientes culturais, Gardner (1985) sugere que alguns talentos só se desenvolvem porque são valorizados pelo ambiente. Ele afirma que cada cultura valoriza certos talentos, que devem ser dominados por uma quantidade de indivíduos e, depois, passados para a geração seguinte.

Segundo Gardner (1985), cada domínio, ou inteligência, pode ser visto em termos de uma seqüência de estágios: enquanto todos os indivíduos normais possuem os estágios mais básicos em todas as inteligências, os estágios mais sofisticados dependem de maior trabalho ou aprendizado.

A seqüência de estágios se inicia com o que Gardner (1985), chama de habilidade de padrão cru. O aparecimento da competência simbólica é visto em bebês quando eles começam a perceber o mundo ao seu redor. Nesta fase, os bebês apresentam capacidade de processar diferentes informações. Eles já possuem, no entanto, o potencial para desenvolver sistemas de símbolos, ou simbólicos. O segundo estágio, de simbolizações básicas, ocorre aproximadamente dos dois aos cinco anos de idade. Neste estágio as inteligências se revelam através dos sistemas simbólicos. Aqui, a criança demonstra sua habilidade em cada inteligência através da compreensão e uso de símbolos: a música através de sons, a linguagem através de conversas ou histórias, a inteligência espacial através de desenhos etc (GAMA, 2009).

No estágio seguinte, a criança, depois de ter adquirido alguma competência no uso das simbolizações básicas, prossegue para adquirir níveis mais altos de destreza em domínios valorizados em sua cultura. À medida que as crianças progredem na sua compreensão dos sistemas simbólicos, elas aprendem os sistemas que Gardner (1985), chama de sistemas de segunda ordem, ou seja, a grafia dos sistemas (a escrita, os símbolos matemáticos, a música escrita etc.). Nesta fase, os vários aspectos da cultura têm impacto considerável sobre o desenvolvimento da criança, uma vez que ela aprimorará os sistemas simbólicos que demonstrem ter maior eficácia no desempenho de atividades valorizadas pelo grupo cultural. Assim, uma cultura que valoriza a música terá um maior número de pessoas que atingirão uma produção musical de alto nível. Finalmente, durante a adolescência e a idade adulta, as inteligências se revelam através de ocupações vocacionais ou não-vocacionais. Nesta fase, o indivíduo adota um campo específico

e focalizado, e se realiza em papéis que são significativos em sua cultura (GAMA, 2009).

4.1.4 Teoria das Inteligências Múltiplas e a Educação

As implicações da teoria de Gardner (1985), para a educação são claras quando se analisa a importância dada às diversas formas de pensamento, aos estágios de desenvolvimento das várias inteligências e à relação existente entre estes estágios, a aquisição de conhecimento e a cultura.

A teoria de Gardner (1990) apresenta alternativas para algumas práticas educacionais atuais, oferecendo uma base para:

- * o desenvolvimento de avaliações que sejam adequadas às diversas habilidades humanas (Gardner & Hatch, 1989; Blythe Gardner, 1990)
- * uma educação centrada na criança com currículos específicos para cada área do saber (Konhaber & Gardner, 1989); Blythe & Gardner, 1990)
- * um ambiente educacional mais amplo e variado, e que dependa menos do desenvolvimento exclusivo da linguagem e da lógica (Walters & Gardner, 1985; Blythe & Gardner, 1990)

Quanto à avaliação, Gardner (1990), faz uma distinção entre avaliação e testagem. A avaliação, segundo ele, favorece métodos de levantamento de informações durante atividades do dia-a-dia, enquanto que testagens geralmente acontecem fora do ambiente conhecido do indivíduo sendo testado. Segundo Gardner (1990), é importante que se tire o maior proveito das habilidades individuais, auxiliando os estudantes a desenvolver suas capacidades intelectuais, e, para tanto, ao invés de usar a avaliação apenas como uma maneira de classificar, aprovar ou reprovar os alunos, esta deve ser usada para informar o aluno sobre a sua capacidade e informar o professor sobre o quanto está sendo aprendido.

Gardner (1990) sugere que a avaliação deve fazer jus à inteligência, isto é, deve dar crédito ao conteúdo da inteligência em teste. Se cada inteligência tem um certo número de processos específicos, esses processos têm que ser medidos com instrumento que permitam ver a inteligência em questão em funcionamento. Para Gardner (1990), a avaliação deve ser ainda ecologicamente válida, isto é, ela deve ser feita em ambientes conhecidos e deve utilizar materiais conhecidos das crianças

sendo avaliadas. Este autor também enfatiza a necessidade de avaliar as diferentes inteligências em termos de suas manifestações culturais e ocupações adultas específicas. Assim, a habilidade verbal, mesmo na pré-escola, ao invés de ser medida através de testes de vocabulário, definições ou semelhanças, deve ser avaliada em manifestações tais como a habilidade para contar histórias ou relatar acontecimentos. Ao invés de tentar avaliar a habilidade espacial isoladamente, deve-se observar as crianças durante uma atividade de desenho ou enquanto montam ou desmontam objetos. Finalmente, ele propõe a avaliação, ao invés de ser um produto do processo educativo, seja parte do processo educativo, e do currículo, informando a todo momento de que maneira o currículo deve se desenvolver (GAMA, 2009).

No que se refere à educação centrada na criança, Gardner (1990) levanta dois pontos importantes que sugerem a necessidade da individualização. O primeiro diz respeito ao fato de que, se os indivíduos têm perfis cognitivos tão diferentes uns dos outros, as escolas deveriam, ao invés de oferecer uma educação padronizada, tentar garantir que cada um recebesse a educação que favorecesse o seu potencial individual. O segundo ponto levantado por Gardner (1990) é igualmente importante: enquanto na Idade Média um indivíduo podia pretender tomar posse de todo o saber universal, hoje em dia essa tarefa é totalmente impossível, sendo mesmo bastante difícil o domínio de um só campo do saber (GAMA, 2009).

Assim, se há a necessidade de se limitar a ênfase e a variedade de conteúdos, que essa limitação seja da escolha de cada um, favorecendo o perfil intelectual individual. Quanto ao ambiente educacional, Gardner (1990) chama a atenção para o fato de que, embora as escolas declarem que preparam seus alunos para a vida, a vida certamente não se limita apenas a raciocínios verbais e lógicos. Ele propõe que as escolas favoreçam o conhecimento de diversas disciplinas básicas; que encorajem seus alunos a utilizar esse conhecimento para resolver problemas e efetuar tarefas que estejam relacionadas com a vida na comunidade a que pertencem; e que favoreçam o desenvolvimento de combinações intelectuais individuais, a partir da avaliação regular do potencial de cada um (GAMA, 2009).

4.2 Programa de necessidades

O programa de necessidades é o conjunto sistematizado de necessidades para um determinado uso de uma construção. É utilizado em fases iniciais de projeto como apoio nas decisões a serem tomadas. É visto como um dos principais determinantes do projeto, juntamente do partido, do sítio e das restrições legais (WIKIPÉDIA, 2009). Portanto, para a elaboração do programa de necessidades, fez-se o uso de um conjunto de recursos, como: pesquisas bibliográficas, visitas de campo, entrevistas com os profissionais da área, leituras, consultas em normas e regimentos. A partir da análise de todas as informações o seguinte programa de necessidades foi constituído:

Tabela 14: Programa de Necessidades

HOJE				PROPOSTA		
AMBIENTE	ÁREA (m ²)	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES	QUANTIDADE	ÁREA Total (m ²) DIMEN-SÃO MÍN	DESCRIÇÃO E OBSERVAÇÕES
ADMINISTRAÇÃO						
Sala de espera	6 m ²	1	x	1	16m ²	Puffs e poltronas e Tv
Recepção	12,20 m ²	1	x	1	40m ²	2 Balcões 6 mesas (estação de trabalho)
Sanitário público Fem	x	x	x	1	15m ²	com 2 WC's e 2 lavatórios
Sanitário público Mas	x	x	x	1	15m ²	com 2 WC's e 2 lavatórios
Sala da equipe	x	x	x	2	50m ²	Tv, sofás, mesa de reuniões
Sala de reuniões	16m ²	1	x	2	20m ²	mesa de reuniões, sofás
Direção	9m ²	1	Atulament e serve também como arquivo e	2	40m ²	mesa, 3 cadeiras, 1 poltrona 1 armário

			sala da Relações Públicas			
Arquivo	x	x	x	1	12m ²	3 armários tipo arquivos
Sala Relações Públicas	x	x	x	1	20m ²	mesa, 2 cadeiras, i armário
Copa	13,95 m ²	1	x	1	22m ²	pia, geladeira, fogão, microondas
Sanitário equipe Fem	9,67m ²	1	x	1	15m ²	com 2 WC's e 2 lavatórios
Sanitário equipeMas	9,67m ²	1	x	1	15m ²	com 2 WC's e 2 lavatórios
CLÍNICAS						
Sala de espera	6 m ²	1	x	1	16m ²	Puffs e poltronas e Tv
Sala de múltiplas terapias	x	x	x	2	40m ²	Cada sala contará com 1 tatami, 1 espelho, armário para material, mesa paraprofessor a, equipamento s
Sala estimulação precoce	9m ²	1	x	4	60m ²	Cada sala contará com 1 tatami, 4 puffs, 2 armários para brinquedos, espelho, intalação para chuveiro 1 mesinha infantil e 4 cadeirinhas
Sala da Fisioterapia	16m ²	1	x	3	55m ²	Cada sala contará com 1 tatami, 1 espelho, bicicleta ergométrica, esteira, armário para materia, mesa para fisioterapeuta, equipamento s para

						fioterapia
Clínicas	92,67 m ²	7	x	14	200m ²	Cada sala contará com 1 sofá, 2 puffs, 1 mesa redonda, 4 cadeira e 1 quadro
SALAS DE AULA E OFICINAS						
Sala de aula	36m ²	3	x	5	180m ²	2 quadros, 2 armários, 1 tatami, 1 mesa professora, 20 classes, espelho, TV, 2 sofás
Sala Jogos	x	x	x	1	36m ²	TV, tatami, mesas, armário, som, cadeiras
Oficina culinária	36m ²	1	x	2	80m ²	fogão, geladeira, balcões, mesa grande, TV
Oficina trabalhos manuais	36m ²	1	x	4	144m ²	1 mesa grande, 2armários, 2 balcões, 20 cadeiras
Sala da Banda	x	x	x	1	36m ²	1 armário, espelho, 20 cadeiras, 1 palco
Sala Teatro	x	x	x	1	36m ²	1 painel para teatro, tatami, espelho, 1 palco
Sala multimídea	x	x	x	1	36m ²	TV, tatami, 40 cadeiras, armário, som
Sala dança	71,69m ²	1	x	2	150m ²	palco, armário, quadro, espelho
Sanitário alunos Fem	9,67m ²	1	x	2	50m ²	com 4 WC's e 4 lavatórios, 2chuveiros
Sanitário alunos Mas	9,67m ²	1	x	2	50m ²	com 4 WC's e 4 lavatórios, 2chuveiros

Sala descanso	x	x	x	1	36m ²	colchões, tatami, puffs, armário	
Sala de informática	36m ²	1	x	1	40m ²	1 quadro, 2 armários, 1 mesa professora, 20 classes, espelho, 20 computadores	
APOIO							
Lavanderia	8m ²	1	Hoje se encontra em um corredor	1	25m ²	2 máquinas de lavar roupas, 1 secadora, 1 mesa para passar, 2 armários, 2 taques	
Depósito	8m ²	1	Hoje se encontra em um corredor	2	20m ²	armários	
Cozinha	25m ²	1	x	1	50m ²	pia, geladeira, fogão industrial, microondas, forno elétrico, freezer, armários	
Refeitório	70m ²	1	x	1	120m ²	25 mesas, 100 cadeiras	
Almoxarifado	x	x	x	1	15m ²	estantes	
Manutenção	x	x	x	1	15m ²	estantes	
GERAL							
Estacionamentos	x	x	x	10	150m ²	x	
Praça convivência	x	x	x	1	80m ²	bancos, vegetação	
Praça infantil	40m ²	1	x	1	80m ²	bancos, vegetação e equipamentos infantis	
piscina	30m ²	1	x	2	80m ²	2 motores, chuveiro	
Pátio coberto	x	x	x	1	70m ²	bancos	
Quadra poliesportiva	150m ²	1	x	2	300m ²	goleira, tabelas basquete e rede de volei	
Auditório	x	x	x	1	300m ²	palco, 180 cadeiras,	
TOTAL						2830m²	

4.3 Sistemas construtivos

Segundo Nascimento (2009), a escola modelo para a APAE do futuro é a escola da Ponte em Portugal, que defende uma educação construtivista, conforme descrito anteriormente. Neste sentido têm-se condicionantes de estrutura, pois a edificação precisa ser adaptável e flexível devido ao método de aprendizagem que exige salas por um conjunto de vigas que se cruzam, solidarizadas pela mesma.

Esse elemento estrutural terá comportamento intermediário entre o de laje maciça e o de grelha. Segundo a NBR 6118:2003, lajes nervuradas são "lajes moldadas no local ou com nervuras pré-moldadas, cuja zona de tração é constituída por nervuras entre as quais pode ser colocado material inerte." Resultantes da eliminação do concreto abaixo da linha neutra, elas propiciam uma redução no peso próprio e um melhor aproveitamento do aço e do concreto. A resistência à tração é concentrada nas nervuras, e os materiais de enchimento têm como função única substituir o concreto, sem colaborar na resistência. As lajes recebem as ações verticais, perpendiculares à superfície média, e as transmitem para os apoios. Essa situação confere à laje o comportamento de placa. Outra função das lajes é atuar como diafragmas horizontais rígidos, distribuindo as ações horizontais entre os diversos pilares da estrutura. Nessas circunstâncias, a laje sofre ações ao longo de seu plano, comportando-se como chapa.

Na vedação da edificação será empregado a utilização do vidro, para gerar uma integração visual com o meio em volta do edifício, ou seja, a permeabilidade visual. A proteção dos planos transparentes se fará com a utilização de brises (Imagens 77 a 79) como estratégia de controlar a quantidade de luz, e no restante da vedação, serão utilizadas paredes rebocadas e pintadas.



Imagem 77: Brise horizontal (ARCOWEB, 2009a)



Imagem 78: Brise metálico horizontal (ARCOWEB, 2009a)



Imagem 79: Interior do ambiente protegido por brises horizontais (ARCOWEB, 2009^a)

4.4 Zoneamento

Considerando todos os estudos feitos como: insolação, ventos predominantes, a localização do terreno em meio ao contexto urbano, alturas, tipologias, fluxo viário, foi possível desenvolver três zoneamentos distintos.

Todo programa de necessidades dentro dos três zoneamentos, será disposto conforme a estratégia conceitual da presente proposta, a Teoria das Inteligências Múltiplas, Gardner (2009). Sendo as oficinas de música e a sala da banda na zona da Inteligência Musical Gardner (2009), as oficinas de trabalhos manuais e a sala de jogos, ficariam na zona da Inteligência Espacial Gardner (2009), as salas de teatro, dança, ficariam na zona da Inteligência cinestésica e assim sucessivamente.



Imagem 80: Ocupação do lote – APAE1 (adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA,2009).

Na imagem 80 sugere-se uma ocupação em “L”, com o bloco rosa contendo a parte administrativa e o apoio. No bloco vermelho ficariam as oficinas e salas de aula juntamente com as clínicas.

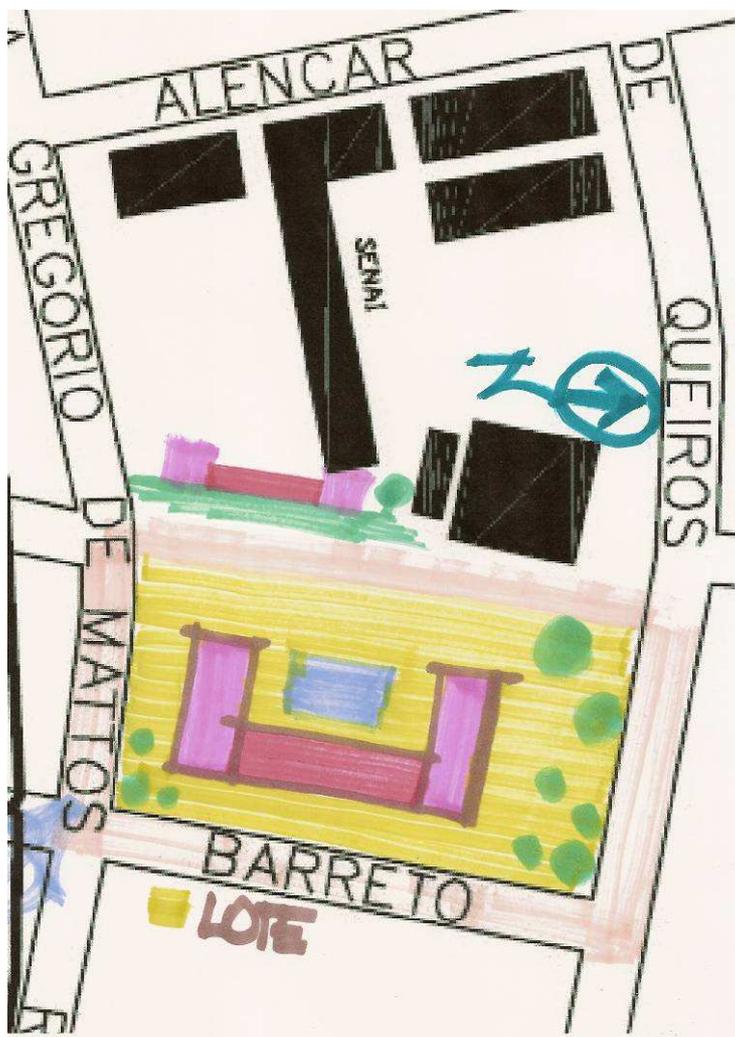


Imagem 81: Ocupação do lote – APAE 2 (adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA, 2009).

Na imagem 81, a proposta de ocupação do terreno seria uma planta em “U”, onde o bloco de ligação, representado na cor vermelha comportaria as clínicas, o bloco direito, representado na cor rosa abrigaria as salas de aula e oficinas, e o bloco esquerdo, também representado na cor rosa, comportaria a administração.

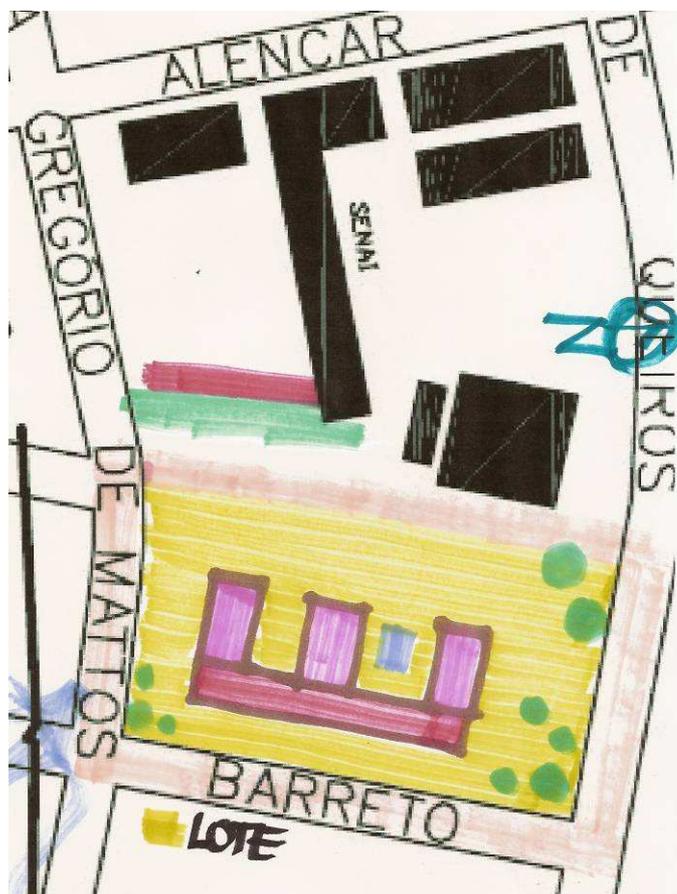


Imagem 82: Ocupação do lote – APAE 3 (adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA,2009).

A terceira proposta de ocupação, visível na imagem 82, dispõe os blocos em “E”. Onde o primeiro bloco da esquerda para direita, comportaria a clínica, o segundo as salas de aula e o terceiro as oficinas, o bloco vermelho que liga todos eles, comportaria o apoio e a administração.

5. PROJETOS REFERENCIAISE ANÁLOGOS

Para a composição do projeto arquitetônico, emprega-se o estudo de projetos referenciais de diferentes autores. Com os projetos referenciais, é possível analisar os programas de necessidade e adaptá-los ao estudo presente.

5.1 Centro Digital do Ensino Fundamental



Imagem 83: telecentro, à direita, apresenta tonalidade e desenho contrastantes com a caixa de vidro (MELENDEZ, 2009b).

Arquitetura: JAA Arquitetura e Consultoria - José Augusto Aly (autor); Angelika Babuke, Fernanda Amaro, Camila Moreno e Fernando Rodrigues (colaboradores); Eder Freitas.

Área construída 3.500 m²

Área do terreno 8.600 m²

Data do início do projeto 2005

Data da conclusão da obra 2008

Local São Caetano do Sul, SP

Este projeto se destaca pela relação do interior da edificação com o exterior através de grandes panos de vidro. Construído na região central de São Caetano do Sul, mais precisamente na praça Di Thiene, o conjunto ocupa a testada de forma integral da quadra. A edificação é uma barra de 85 x 12,5 metros, que está disposta no sentido do eixo da avenida, praticamente no limite com a via.



Imagem 84: Espelho d'água, o telecentro e a biblioteca de concreto e vidro: o autor trabalha diferentes planos e sobreposições (MELENDEZ, 2009b).

Conforme Melendez (2008), existe uma biblioteca convencional e outra eletrônica, telecentro e áreas para cursos de informática formam o programa, que se distribui em dois pavimentos elevados, quase completamente permeáveis, mais térreo (na sua maior parte em pilotis) e subsolo. O desenho confere ao prédio a condição de porta de entrada, abrindo caminho para a praça ao fundo, na qual foi mantida a maior parte da vegetação existente. A praça rebaixada, que conta com espelho d'água, onde se destaca uma pedra flutuante, cria um atrativo adicional no pavimento térreo, a ser ocupado por um café. O recurso do espelho d'água também é empregado no teto do subsolo, onde foi alocado o centro de inclusão. Essa praça/espelho é uma área que pode se prestar a pequenas apresentações de música ao vivo, projeções e outras expressões artísticas. Abrigado sob o pórtico, o telecentro é definido por um bloco de volumetria e cor distintas do restante da edificação.



Imagem 85: A cobertura do bloco do telecentro ultrapassa em largura e altura a da biblioteca, protegendo o terraço e sombreando o térreo (MELENDEZ, 2009b).



Imagem 86: No térreo, uma passarela metálica transpõe a praça seca, encaixada no terreno (MELENDEZ, 2009b).



Imagem 87: A edificação foi implantada em parte do terreno da praça Di Thiene (MELENDEZ,2009b).

5.2 Escola São Caetano do Sul, SP



Imagem 88 A implantação paralela à rua e no centro do terreno criou grandes pátios frontais (GRUNOW,2009c).

Arquitetura: Ana Carolina Penna e Fábio Galvão (autores); Gabriel Farias, Maíra Carrilho, Mário de Bem, Neili Farias e Maria Faro (colaboradores) **Estrutura** Aluizio d'Ávila e Associados

Área construída 5.500 m²

Área do terreno 7.900 m²

Data do início do projeto 2005

Data da conclusão da obra 2006

Local São Caetano do Sul, SP

Este projeto intriga pela resolução que os autores propuseram para evitar a insolação excessiva nos corredores periféricos de circulação voltados para o pátio

aberto, de orientação norte, eles projetaram um sistema especial de brises metálicos. A edificação se encontra no centro do terreno dividindo-o ao meio, o setor que abriga as salas de aula tem planta em “L”.



Imagem 89: A fachada norte esclarece o partido da implantação linear. O pavimento semi enterrado tem janelas altas, junto do piso do pátio central (GRUNOW,2009c).



Imagem 90: Embora a volumetria e os materiais sejam extremamente simples, o projeto é valorizado pela adequação ao perfil do terreno (GRUNOW,2009c).



Imagem 91: As salas de aulas e outros ambientes voltados para o sul têm privilegiada vista da cidade (GRUNOW,2009c).



Imagem 92: O fechamento externo dos corredores das salas de aulas é feito por brises metálicos, alternadamente perfurados e sólidos (GRUNOW,2009c).

5.3 Nova sede do Liceu Francês François Mitterrand



Imagem 93: Maquete eletrônica Liceu Francês François Mitterrand (ARCOWEB, 2009a).

Arquitetura: José Tabith Arquitetos Associados e Jean Dubus/P(ar)k.

Área construída 10.000 m²

Área do terreno 15.000 m²

Data do início do projeto Projeto não iniciado

Local Brasília, DF

O projeto para nova sede do Liceu Francês François Mitterrand, foi vencedor de um concurso de arquitetura que concorreu com outros trinta (30) projetos. Este projeto chama a atenção pela proposta conceitual que valoriza a qualificação urbana com o estudo dos vazios entre os blocos. Outra semelhança com a proposta para a nova sede da APAE é a disposição dos blocos e a ligação que se faz entre eles.

O maior volume é composto por quatro blocos de dois pavimentos, que vistos da fora da edificação aparentam ser um único pavilhão, este abriga ambientes administrativos e setores de apoio ao programa escolar como a biblioteca e o

auditório. Paralelo à via pública, ele mantém um recuo significativo. Dispostos perpendicularmente ao pavilhão frontal, quatro blocos menores e paralelos abrigam as salas de aulas. Os espaços entre os blocos serão ocupados por pátios-jardins. Mais ao norte do terreno ficam a área para esportes e o restaurante.



Imagem 94: Maquete eletrônica Liceu Francês François Mitterrand (ARCOWEB, 2009a).

Este projeto possuirá grandes semelhanças em relação à proposta para a nova sede da APAE, principalmente em relação a sua forma e disposição no lote. A piscina interna (Imagem) traz grandes aberturas de vidro que relaciona o espaço interno com a vegetação externa remetendo a sensação de amplitude.



Imagem 95: Maquete eletrônica Liceu Francês François Mitterrand (ARCOWEB, 2009a).



Imagem 96: Maquete eletrônica Liceu Francês François Mitterrand (ARCOWEB, 2009a).



Imagem 97: Implantação Liceu Francês François Mitterrand (ARCOWEB, 2009a).



Imagem 98: Maquete eletrônica Liceu Francês François Mitterrand (ARCOWEB, 2009a).

5.4 Campus SENAC, São Paulo

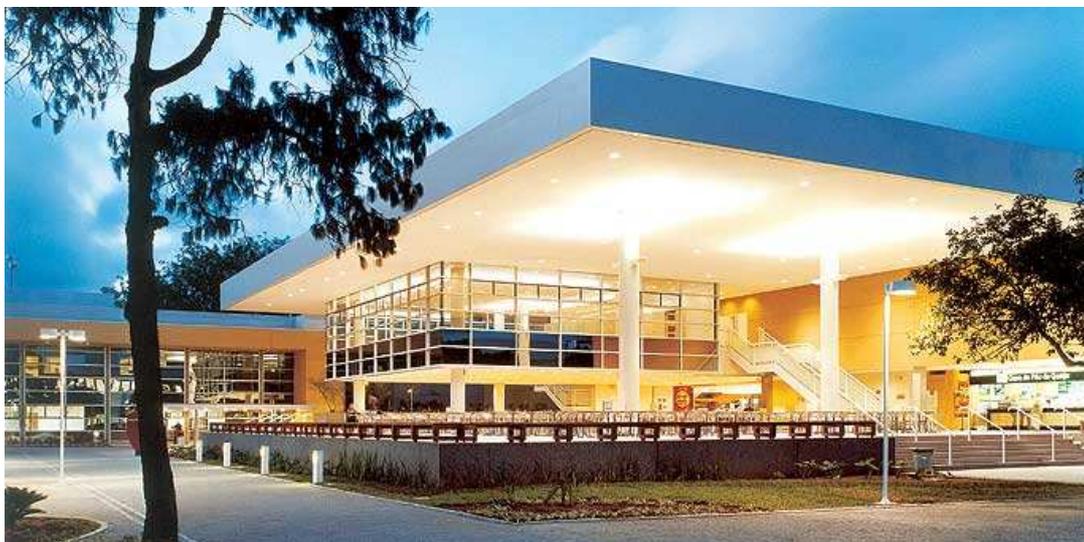


Imagem 99: No prédio da gastronomia, a cozinha-escola fica no primeiro piso e a praça de alimentação, sob a grande laje (CORBIOLI, 2009d).

Arquitetura Aflalo & Gasperini Arquitetos

Área construída 51 000 m² (1ª etapa)

Área do terreno 118 000 m²

Projeto 2002

Conclusão da obra 2004 (1ª etapa)

Local São Paulo, SP

O projeto do Senac de São Paulo é a conversão de nove prédios industriais que já existiam no lote de uma fábrica de eletrodomésticos em um centro educacional onde são ministrados cursos de hotelaria e turismo, moda e gestão ambiental. O lote possui 118 mil metros quadrados de área, entre a marginal Pinheiros e um campo de golfe, no bairro de Santo Amaro, em São Paulo. Em

março deste ano foi concluída a primeira fase da obra que soma 51 mil metros quadrados e reuni um edifício novo, do curso de gastronomia, onde foi instalada uma cozinha-escola, e também foi feita a adaptação de três prédios que são respectivamente a biblioteca, reitoria e o outro de uso acadêmico, com mais de 50 salas de aulas.

As soluções apontam para a racionalização do consumo de água e energia elétrica. Preservar a linguagem estética do conjunto de quarenta anos (40) era um dos objetivos dos arquitetos a estrutura de concreto estava em bom estado de conservação. Para suprir as necessidades de ventilação e iluminação naturais foram feitos sheds e também as aberturas para os pátios internos. Já a proteção das fachadas com irradiação solar constante foi solucionada por meio de brises solares metálicos reguláveis.

Também foram criadas circulações independentes para automóveis. O volume maior, com aproximadamente 12 mil metros quadrados, abriga as salas de aulas, quase todas na modulação 10 x 10 metros. No térreo se encontram as salas de aula e laboratórios com computadores Os dois prédios antigos foram reformulados, um deles, transformado em biblioteca, que possui a fachada principal inclinada e protegida por brises metálicos com três diferentes regulagens. Outra forte característica do projeto é o átrio central com pé-direito livre total, o forro é trabalhado com lâminas curvas de alumínio.



Imagem 100: O novo edifício, para o curso de gastronomia, tem estrutura em concreto convencional e pré-fabricado (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 101: A escada dá acesso ao salão e aos laboratórios de cozinha (CORBIOLI, 2009d).

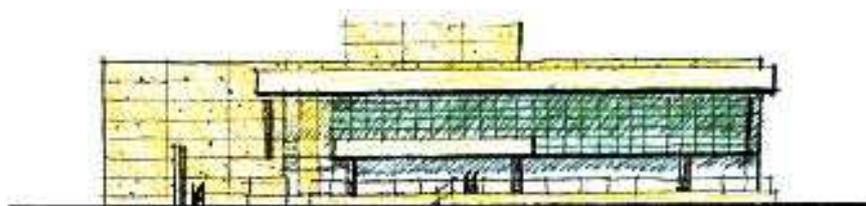


Imagem 102: Gastronomia (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 103: A abertura de pátios no interior do prédio acadêmico assegurou luz e ventilação naturais a todas as salas de aulas (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 104: As áreas externas são marcadas por praças, totens da comunicação visual e circulações independentes para veículos e pedestres (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 105: Bloco acadêmico (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 106: Edifício da biblioteca: fechamento em pré-moldados de concreto com Acabamento texturizado (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 107: Painéis pré-fabricados definem a nova linguagem do edifício com salas de aulas (CORBIOLI, 2009d).

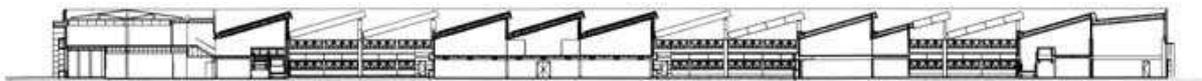


Imagem 108: Corte longitudinal do bloco acadêmico (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 109: Grandes superfícies de vidro integram interior e exterior (CORBIOLI, 2009d).

5.5 Concurso de Arquitetura do SESC Guarulhos



Imagem 110: Dal Pian Arquitetos, 1º lugar (CORBIOLI, 2009d).

Arquitetura Dal Pian Arquitetos

Área do terreno 22 000 m²

Conclusão da obra 2014.

Local São Paulo, SP

De acordo com Corbioli (2009), constituído por meio de um eixo central, o edifício propõe uma área de convivência no mesmo nível do acesso principal de pedestres, o que o torna convidativo e acolhedor, permitindo clara identificação dos espaços e funções no seu interior. Na área de convivência, o sistema de rampas articula as atividades e integra os fluxos, funcionando como um belvedere que favorece a autonomia nas escolhas do público. A proposta atende aos princípios de lazer, cultura e desenvolvimento indicados no termo de referência. O projeto vencedor reúne características das construções sustentáveis, como sistema de aquecimento solar para água, sistema de captação e retenção de águas pluviais, retenção das cargas térmicas, ventilação natural, estação de tratamento de esgoto e

recursos para o consumo racional de água e energia elétrica, preocupação com o descarte de materiais, entre outros itens.

Vale ressaltar também que os arquitetos se preocuparam com a área verde existente e mantiveram a posição original de algumas árvores.

O grande eixo central determina a união visual com o parque que há nos fundos e a praça que também funciona como área de convivência.

O edifício principal abrange o térreo e mais dois pavimentos, que são interligados por passarelas e rampas que tem a função de integrar os espaços. No total são seis volumes que são unidos pela cobertura de estrutura metálica, existe um sobreteto de brises reguláveis automaticamente que foi planejado para garantir conforto térmico na área interna. O fechamento do edifício se dá através da utilização do vidro que contribui para a visualização do parque.



Imagem 111: Dal Pian Arquitetos, 1º lugar (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 112: Dal Pian Arquitetos, 1º lugar (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 113: Dal Pian Arquitetos, 1º lugar (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 114: Dal Pian Arquitetos, 1º lugar (CORBIOLI, 2009d).

5.6 Área esportiva Colégio Santo Inácio, Botafogo, RJ



Imagem 115: Maquete eletrônica - vista externa área esportiva Colégio Santo Inácio (ARCOWEB, 2009a).

Arquitetura Dal Pian Arquitetos

Área construída 2.593,5 m²

Data do início do projeto 2007

Local Rio de Janeiro, RJ

O edifício que abriga a área esportiva do Colégio Santo Inácio, foi disposto na extremidade do lote. O edifício é um bloco retangular, com as faces mais longas voltadas para um campo de futebol. O bloco é um corpo metálico laminar, outra semelhança com a proposta para a nova sede da APAE é a utilização de brises de alumínio, componente que alivia a insolação mas não impede a permeabilidade de iluminação do conjunto.

Além das quadras e de setores de apoio ao complexo esportivo, no pavimento inferior, os arquitetos reservaram uma área para palco. E para evitar a verticalização em demasia, a edificação medirá em planta 28,5 x 91 (ProjetoDesign, Edição 327, Maio de 2007).



Imagem 116: Maquete eletrônica - vista externa área esportiva Colégio Santo Inácio (ARCOWEB, 2009a).

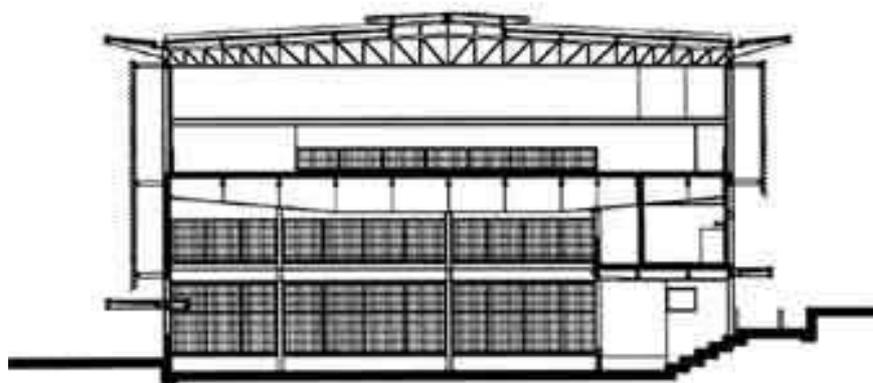


Imagem 117: Corte Transversal (ARCOWEB, 2009a).



Imagem 118: Maquete eletrônica - vista interna área esportiva Colégio Santo Inácio (ARCOWEB, 2009a).

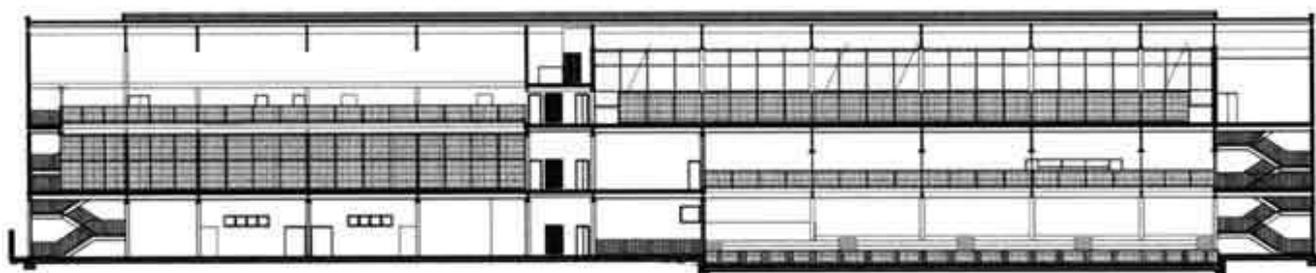


Imagem 119: Corte Longitudinal (ARCOWEB, 2009a).



Imagem 120: Maquete eletrônica - vista externa área esportiva Colégio Santo Inácio (ARCOWEB, 2009a).

5.7 Residência Unifamiliar, Araçoiaba da Serra-SP



Imagem 121: Residência, Araçoiaba da Serra-SP (CORBIOLI, 2009d).

Arquitetura Flavia Cancian e Renata Furlanetto (autoras); Carina Terra, Giovanna Oliva, Giovanni Rotondo e Tatiana Antonelli (colaboradores)

Área construída 460 m²

Área do terreno 2 200 m²

Projeto 2002

Conclusão da obra 2004

Local Araçoiaba da Serra, SP

Este projeto chama atenção quanto ao aspecto formal, e também se assemelha com uma das três hipóteses de ocupação do terreno da futura proposta para a nova sede da APAE, pois são três blocos dispostos em “U” e existem vários acessos à casa que reforçam a idéia de integração com as áreas externas.

Amplios painéis móveis de vidro ocupam integralmente o pé-direito no perímetro da casa. Internamente, a idéia se repete com panos de alvenaria e com o grande painel de madeira que permanece aberto a maior parte do tempo, integrando cozinha e áreas sociais.

A estrutura de concreto é composta por uma malha de vigas sustentadas em poucos pilares. Duas das suítes do andar superior estão apoiadas em quatro pilares, formando o balanço de 4 x 3 metros que serve como cobertura para a varanda lateral. Os materiais de acabamento seguem a linguagem da simplicidade. Cimento queimado reveste o piso dos espaços internos e externos do térreo; para o nível superior, as arquitetas optaram por tacos (CORBIOLI, 2009).

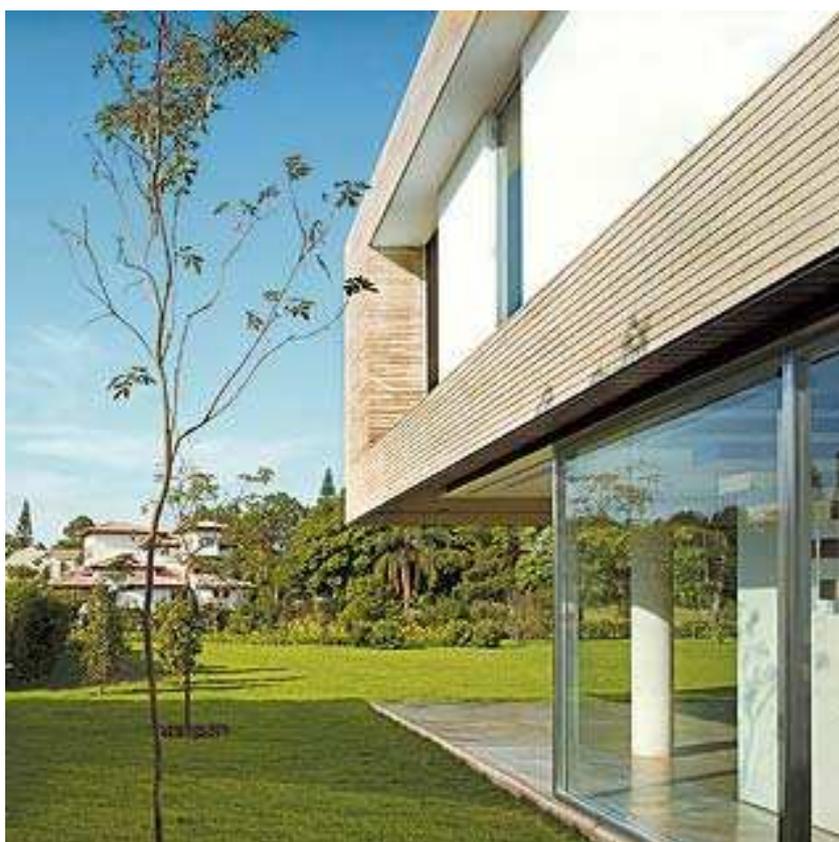


Imagem 122: Vista do pátio central, a partir do corredor coberto que faz a interligação dos blocos (CORBIOLI, 2009d).

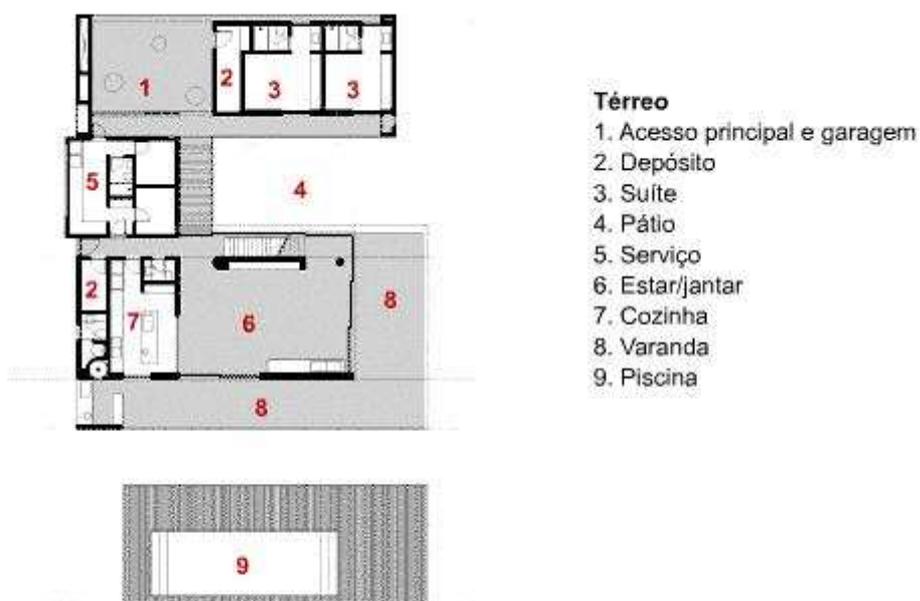


Imagem 123: Planta em “U”, térreo (CORBIOLI, 2009d).

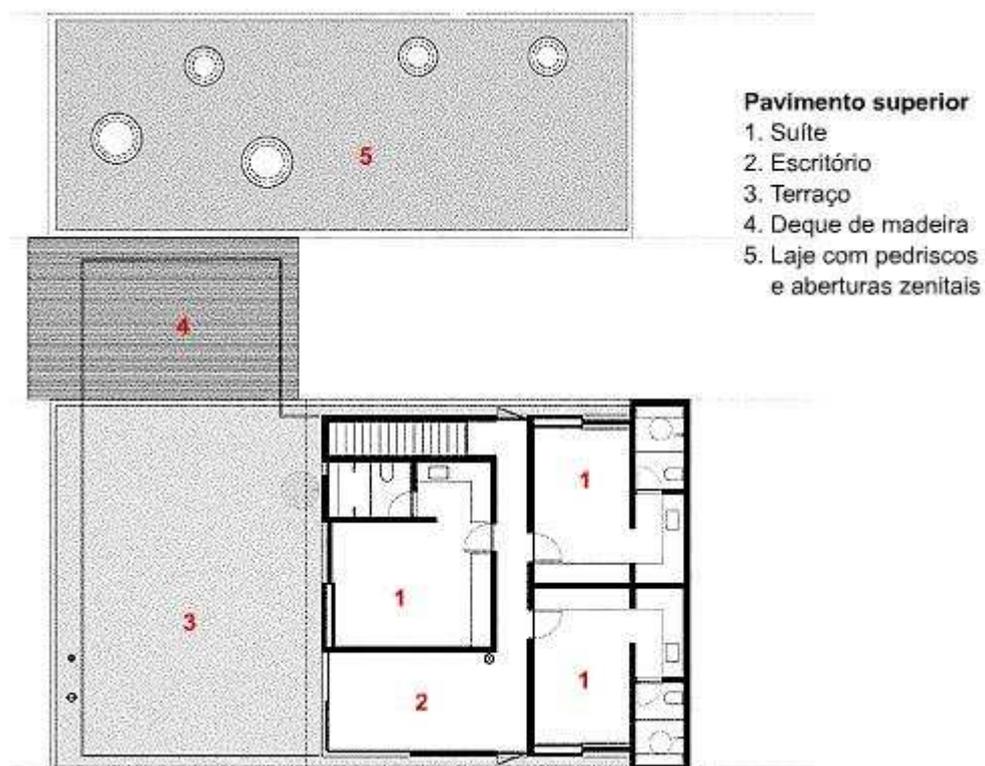


Imagem 124: Planta em “U”, primeiro superior (CORBIOLI, 2009d).



Imagem 125: As linhas em pedra delimitam os vazios, que foram preenchidos com o programa apresentado (CORBIOLI, 2009d).

CONCLUSÃO

A superação dos limites impostos pelo destino aos seres humanos começa pela conscientização de sua importância como cidadãos, dando-lhes oportunidade de também participar de seu meio, investigando suas potencialidades e condições de acesso à educação especial e trabalho, redução de barreiras e preconceitos estigmatizantes. Principalmente através de pressão para despertar a vontade política de governantes, políticos e operadores do direito. A sociedade será mais justa e igualitária a partir do conhecimento e aplicação dos preceitos constitucionais, que vedam a discriminação e o preconceito das pessoas com limitações e necessidades especiais. O consagrado Bethoven, conquanto surdo, consagrou-se mundialmente como compositor, cuja Sétima Sinfonia, entre tantas outras, é imortal e exemplar como desafio à superação de limites.

“As políticas de apoio às pessoas com deficiência precisam considerar que o centro de todas as ações deve ser um ser humano que tem limitações superáveis. Isso faz parte da responsabilidade dos cidadãos que convivem na mesma sociedade. Para tanto, não basta baixar decretos ou multiplicar leis ambiciosas, antes de negociá-las seriamente com as partes envolvidas no sistema... Isso depende mais de imaginação do que de imposição...” (José Pastore 2001).

Ao concluir a pesquisa verificou-se que a proposta para a nova sede da APAE é totalmente viável. As análises feitas através de pesquisas de campo, entrevistas, leituras e estudos comprovaram a real necessidade de uma nova proposta, ela contemplará seus usuários, tornando assim um projeto de âmbito social.

A escolha do lote no centro da cidade foi pensado de forma estratégica pela grande facilidade de acesso aos usuários, além de ficar uma quadra da Avenida principal com os principais pontos de parada de transportes rodoviários.

Através desta pesquisa pôde-se reunir informações importantes e necessárias para o desenvolvimento do futuro projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARCOWEB. **Biblioteca São Caetano do Sul.** Disponível em: <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/jaa-arquitetura-e-consultoria-biblioteca-sao-01-03-2009.html#Scene_1>. Acesso em: 30 out. 2009

ARCOWEB. **Vidros para a Arquitetura.** Disponível em: <<http://www.marquesvidros.com.br/vidros.htm>> Acesso em: 07 dez. 2009.

ARCOWEB. **Liceu Francês François Mitterrand.** Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/tabith-dubus-portzamparc-una-segond-guyon-vigliecca-berger-villaamil-giordano-lorente-liceu-frances-04-12-2009.html>> Acesso em: 07 dez. 2009.

BRASIL, Lei nº8069, de 13 de julho de 1990. **ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, Brasília, DF, 13 de jul. 1990. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>> Acesso em: 30 out. 2009.

BLYTHE, T; GARDNER, H. **A school for all intelligences.** Educational Leadership, v.47, n.7, p.33-7, 1990.

CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE ESTÂNCIA VELHA. **Lei Nº 870/1985.** Estância Velha – RS: Prefeitura, 1985.

CORBIOLI, Nanci. **Aflalo & Gasperini Arquitetos Campus Senac, São Paulo.** 2004. Disponível em: <<http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/arquitetura505.asp>> Acesso em: 30 out. 2009.

CORBIOLI, Nanci. **Flavia Cancian e Renata Furlanetto** Residência, Araçoiaba da Serra-SP 2005. Disponível em: <http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/fotos/597/noturna.jpg&imgrefurl=http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/flavia-cancian-e-renata-furlanetto-residencia-aracoiaba-01-06-2005.html&usg=__Ls_gNGsJl-sT94PJviSuOIWxHB8=&h=342&w=685&sz=32&hl=pt-BR&start=4&um=1&tbnid=s97RIMWrYR_HSM:&tbnh=69&tbnw=139&prev=/images%3Fq%3Dpanos%2Bde%2Bvidro%26hl%3Dpt-BR%26um%3D1> Acesso em: 30 out. 2009.

DICIONÁRIO PRIBERAM. **Deficiente.** Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/default.aspx?pal=deficiente>>. Acesso em: 01 nov. 2009.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Estatutos.** Disponível em <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivos.phtml?t=10013>> Acesso em: 30 out. 2009.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Leis, Decretos e Portarias.** Disponível em <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivos.phtml?t=10019>> Acesso em: 30 out. 2009.

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS APAES. **Regimento Interno.** Disponível em <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivos.phtml?t=10019>> Acesso em: 30 out. 2009.

GAMA, Maria Clara S. Salgado. **A Teoria das Inteligências Múltiplas e suas implicações para Educação.** Disponível em <<http://www.homemdemello.com.br/psicologia/intelmult.html>>. Acesso em: 29 out. 2009.

GARDNER, H.; **Giftedness**: speculation from a biological perspective. In: Feldman, D.H. Developmental approaches to giftedness and creativity. São Francisco, 1982. p.47-60.

GARDNER, H. **Frames of mind**. New York, Basic Books Inc., 1985.

GARDNER, H. **The mind's new science**. New York, Basic Books Inc., 1987.

GARDNER, H.; HATCB, T. **Multiple intelligences go to school**: educational implications of the theory of Multiple Intelligences. Educational Researcher, v.18, n.8. p.4-10, 1989.

GOOGLE EARTH. Vista ampliada. **Estância Velha-RS**. Imagem de satélite. Escala indeterminada. Disponível em: <<http://earth.google.com.br/index.html>>. Acesso em: 12 nov. 2009.

GRUNOW, Evelise **Escola São Caetano do Sul, , São Paulo**. 2006. Disponível em: < <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/ana-carolina-penna-e-fabio-galvao-escola-sao-05-10-2006.html> > Acesso em: 30 out. 2009.

GOOGLE MAPS. Vista ampliada. **Estância Velha-RS**. Imagem formato PNG. Ano: 2009. Disponível em: <<http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wl>>. Acesso em: 31 out. 2009.

LUFT, Celso P. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. 5ed. São Paulo: Scipione, 1987. 583p.

MELENDEZ, Adilson. **Equipamento Cultural Requalifica Espaço da Praça Existente**. Disponível em <http://www.arcoweb.com.br/arquitetura/jaa-arquiteturae-consultoria-biblioteca-sao-01-03-2009.html#Scene_1> Acesso em: 28 out. 2009.

METROPLAN. **Mapas e Estatísticas**. Disponível em

<http://www.metroplan.rs.gov.br/mapas_estatisticas/index.htm> Acesso em: 15 nov. 2009.

NASCIMENTO, Sinara Poersh do. **Diretora Administrativa**: entrevista [set. 2009]. Entrevistadora: Fernanda Nascimento. Estância Velha. Entrevista concedida à acadêmica de Arquitetura da Feevale Fernanda Nascimento.

NEUFERT, Ernst. **A Arte de Projetar em Arquitetura**. São Paulo, 17.ed. Editora Gustavo Gili, 2005.

NOVA ESCOLA. Entrevista Howard Gardner. “**É difícil fazer o certo se isso contraria nossos interesses**”. São Paulo: Abril, n. 226, out. 2009.

PLANO DIRETOR. **Lei Nº 1158/2006**. Estância Velha – RS: Prefeitura, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESTÂNCIA VELHA. **Arquivo Digital**. Estância Velha, 2009.

PRODANOV, Cleber C. **Manual de Metodologia Científica**. 3ed. 4ª reimpressão. Novo Hamburgo: Feevale, 2006.

SINDUSCOM SÃO LEOPOLDO RS. Disponível em:

<<http://www.sinduscom.com.br/index.php?action=baseterritorial> > Acesso em: 30 de out. 2009.

WIKIPÉDIA. **Estância Velha**. 2009. Disponível

em:<http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/d/d1/RioGrandedoSul_Municip_EstanciaVelha.svg/694pxRioGrandedoSul_Municip_EstanciaVelha.svg.png>. Acesso em: 30 out. 2009.

_____. **Programa de Necessidades**. Disponível em

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Programa_de_necessidades> Acesso em: 16 mai. 2009f.

_____. **Howard Gardner.** 2009. Disponível em:<
http://pt.wikipedia.org/wiki/Howard_Gardner >. Acesso em 30 out. 2009.

VILAÇA, Murilo Mariano. **Pedagógica Rizomática e Escola da Ponte: Algumas Contribuições Ao Debate Sobre Educação** 2009. Disponível em: <
<http://cev.org.br/biblioteca/pedagogica-rizomatica-escola-ponte-algumas-contribuicoes-ao-debate-sobre-educacao>> Acesso em: 30 out. 2009.

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.
Mapa Bacias. 2009. Disponível em :<http://www.sema.rs.gov.br/sema/html/imagens/Bacias_mapa.jpg>. Acesso em: 30 out. 2009.

APÊNDICE A – Entrevista aplicada aos profissionais da atual sede da APAE.

QUESTIONÁRIO

Nome: _____ Data: ___/___/___

Profissão: _____

Quanto tempo trabalha na Instituição? _____

Quais são os principais problemas enfrentados atualmente pela Instituição?

Quais são as atividades que a APAE oferece e como elas influenciam na recuperação do paciente?

Estas atividades estão sendo comportadas pelo espaço físico que se encontram atualmente?

Que novos espaços poderiam ser agregados a nova Sede?

Existe alguma lógica para a distribuição dos ambientes internos da APAE?

É possível a arquitetura intervir na recuperação dos alunos? De que forma?

Qual é a importância dos espaços externos e que atividades seriam interessantes eles proporcionarem?

ANEXO A – Estatuto da Federação das APAES do Estado do Rio Grande do Sul.

ESTATUTO
DA
FEDERAÇÃO DAS APAEs DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL



ESTATUTO DA FEDERAÇÃO DAS APAEs DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CAPÍTULO I

Da Federação e seus Fins

Art. 1º A Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais do Estado do Rio Grande do Sul ou, abreviadamente, Federação das APAEs do Estado do RS, ou simplesmente, Federação das APAEs do Estado, fundada em Assembléia realizada em 19 de março de 1993, na cidade de Canoas/RS, passa a regular-se por este Estatuto, pelo Regimento Interno que adotar e pela legislação civil em vigor.

Art. 2º - A Federação das APAEs do Estado é uma **associação** civil, filantrópica, de caráter educacional, cultural, assistencial, de saúde, de estudo e pesquisa, desportivo e outros, sem fins lucrativos, com duração indeterminada, congregando, como filiadas, as APAEs e outras entidades análogas, tendo sede e foro na capital do Estado.

§ 1º - As APAEs e outras entidades análogas serão consideradas filiadas à Federação das APAEs do Estado, somente após sua filiação à Federação Nacional das APAEs.

§ 2º - A Federação das APAEs do Estado adota o símbolo e a bandeira da Federação Nacional das APAEs, acrescentando-se nesta última o nome do respectivo Estado.

I – O símbolo da Federação das APAEs do Estado é constituído pela figura da flor margarida com pétalas brancas, centro amarelo ouro, pendúnculo e duas folhas verdes, uma de cada lado, ladeada por duas mãos em perfil, na cor branca, desniveladas, uma em posição de amparo e a outra, de orientação, tendo em baixo, partindo do centro, dois ramos de louro, contendo vinte e duas folhas; sendo 10 do lado direito e 12 do lado esquerdo.

II – A bandeira deverá ser na cor azul, contendo ao centro o símbolo da Federação, terá as cores oficiais da Bandeira do Brasil e suas medidas definidas no Estatuto, no Regimento Interno ou **em Resolução da Federação Nacional das APAEs**.

III – **Todos os eventos realizados pela Federação das APAEs dos Estados e pelas APAEs seguirão o protocolo oficial para cerimônias estabelecido em resolução expedida pela Federação Nacional das APAEs.**

Art. 3º - O dia 11 de dezembro de 1954, data da fundação da APAE da Guanabara, atual APAE do Rio de Janeiro, é consagrado como Dia Nacional das APAEs, **conforme dispõe a Lei Federal nº 10.242**, de 19 de junho de 2001.

Art. 4º - São os seguintes os fins da Federação das APAEs do Estado:

a) promover a melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência buscando assegurar-lhes o pleno exercício da cidadania;

b) promover, assegurar e defender o progresso, o prestígio, a credibilidade e a unidade orgânica e filosófica do Movimento Apaeano, mantendo a ética em relação às demais Federações Estaduais, à Federação Nacional, às APAEs e seus associados;

c) atuar na definição da política estadual de atendimento à **pessoa com deficiência**, em consonância com a política adotada pela Federação Nacional das APAEs coordenando e fiscalizando sua execução pelas entidades filiadas;

d) articular, junto aos poderes públicos e entidades privadas, políticas que assegurem o pleno exercício dos direitos da **pessoa com deficiência**;

e) estimular, apoiar e defender o desenvolvimento permanente das entidades filiadas e representá-las junto aos poderes públicos e entidades privadas;

f) promover, orientar e acompanhar o funcionamento das APAEs no Estado, fiscalizando na forma deste Estatuto.

g) exigir de suas filiadas o permanente exercício de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;

h) reunir e divulgar informações sobre assuntos referentes às **pessoas com deficiência**, incentivando a publicação de trabalhos e obras especializadas;

i) compilar e/ou divulgar as normas legais e regulamentares federais, estaduais e municipais relativas às **pessoas com deficiência**, provocando a ação dos órgãos competentes no sentido do cumprimento e aperfeiçoamento da legislação;

j) promover ou estimular a realização de estatísticas, estudos e pesquisas em relação à causa das **pessoas com deficiência**, propiciando o avanço científico e a permanente formação e capacitação dos profissionais e voluntários que atuam nas entidades filiadas;

k) promover e/ou estimular a realização de programas de atendimento às **peessoas com deficiência** desde os de prevenção até o de amparo ao idoso;

l) divulgar a experiência apaeana, liberando sua adoção por entidades filiadas, preservando a origem;

m) prestar serviços gratuitos e permanentes aos usuários da assistência social, sem qualquer discriminação de clientela, de forma planejada, diária e sistemática, não se restringindo apenas a distribuição de bens, benefícios e encaminhamentos.

n) encarregar-se, em âmbito estadual, da divulgação de informações sobre assuntos referente às **peessoas com deficiência**, incentivando a publicação de trabalhos e de obras especializadas.

o) desenvolver política de Auto Defensores garantindo a participação efetiva em todos os eventos e níveis do Movimento Apaeano.

p) promover e articular serviços e programas de prevenção, educação, saúde, assistência social, esporte, lazer visando a inclusão social da pessoa com deficiência.

Parágrafo único - Considera-se “Excepcional”, “Pessoa Portadora de Deficiência” ou **“Pessoa com deficiência”** aquela que apresenta perda ou alteração de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade e ou necessidades que impliquem em atendimento especial, tendo como referência sua inclusão social.

Art. 5º - Para consecução de seus fins, respeitando o princípio da territorialidade, a Federação das APAEs do Estado se propõe a:

a) fiscalizar o uso do nome “Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais”, do símbolo e da sigla APAE, pelas entidades filiadas e meios de comunicação, informando o uso indevido imediatamente à Federação Nacional das APAEs;

b) promover campanhas financeiras de âmbito estadual, e participar da organização de campanhas nacionais, com o objetivo de arrecadar fundos destinados ao financiamento das ações de atendimento à **pessoa com deficiência**;

c) incentivar a participação das pessoas da sociedade civil organizada e órgãos públicos nas ações e programas voltados ao atendimento da **pessoa com deficiência**;

- d) promover parcerias com os diversos setores de atividades, oportunizando a habilitação e a colocação da **pessoa com deficiência no mundo** do trabalho, observada a legislação em vigor.
- e) intensificar o intercâmbio entre as APAEs, as demais Federações Estaduais e Nacional, as entidades filiadas, as associações congêneres e instituições oficiais;
- f) manter publicações técnicas especializadas sobre trabalhos e assuntos relativos à causa e filosofia do Movimento Apaeano;
- g) solicitar e receber recursos de órgãos públicos ou privados e as contribuições de pessoas físicas e entidades filiadas;
- h) firmar convênios com as suas filiadas, órgãos públicos e privados, para concepção, desenvolvimento, pesquisa, produção e venda de produtos e serviços destinados ao atendimento da **pessoa com deficiência**;
- i) notificar as APAEs não filiadas para, no prazo de 30 (trinta) dias, providenciarem a filiação junto à Federação Nacional das APAEs, sob pena de responderem civil e penalmente pelo uso do nome, sigla e símbolo.

CAPÍTULO II

Das Entidades Filiadas

Seção I

Das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais

Art. 6º - A fim de poder utilizar o nome Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, o símbolo e a sigla APAE, a entidade interessada terá que solicitar filiação à Federação Nacional das APAEs, através da Federação de seu respectivo Estado, que emitirá parecer sobre documentação apresentada, anexando ao requerimento os seguintes documentos:

- a) requerimento da entidade dirigido ao Presidente da Federação Nacional das APAEs, solicitando a filiação;
- b) Estatuto Social da entidade, registrado em cartório;

- c) cópia da Ata da Assembléia que elegeu a Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, relação nominal de seus componentes e indicação do prazo do mandato;

- d) relatório de suas atividades ou, em se tratando de entidade recém-criada, o programa para o exercício social em curso;

- e) declaração expressa de adesão ao Estatuto da Federação Nacional, bem como às deliberações das Assembléias Gerais e Resoluções do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Federação Nacional das APAEs;

- f) parecer do Conselho Regional e do Presidente da Federação das APAEs do Estado.

§ 1º - O requerimento de filiação será encaminhado à Federação Nacional das APAEs, no prazo de 120 dias, a partir da data da criação.

§ 2º - As APAEs existentes e não filiadas, uma vez notificadas pela Federação do Estado, terão o prazo de 30 (trinta) dias para providenciarem a sua filiação à Federação Nacional das APAEs,

§ 3º - Do estatuto da solicitante deverá constar que, em caso de dissolução ou extinção, mudança de finalidade ou cessação de suas atividades, o eventual patrimônio remanescente será destinado a uma entidade congênere, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, ou a uma entidade pública com sede e atividade no País.

§ 4º - A concessão e a utilização do direito de uso pela entidade filiada, do nome, símbolo e da sigla APAE estão condicionadas à observância do Estatuto, **Resoluções e decisões dos órgãos diretivos** da Federação Nacional das APAEs.

§ 5º - A extinção, fusão ou alteração do nome das APAEs filiadas somente ocorrerão por deliberação de duas assembléias gerais extraordinárias, sucessivas, realizadas com intervalo mínimo de 90 dias, instaladas com a presença de, no mínimo dois terços dos associados, em dia com as obrigações sociais, e de representantes da Federação Nacional das APAEs sem os que suas deliberações não terão validade.

§ 6º - A Federação Nacional das APAEs deverá ser convocada para participar da assembléia geral extraordinária, obrigatoriamente, com antecedência mínima de 30 dias da data marcada para realização da primeira assembléia geral extraordinária.

Seção II

Da Federação das APAEs do Estado

Art. 7º - À Federação das APAEs do Estado, uma vez filiada à Federação Nacional das APAEs, é assegurado o uso do nome de Federação das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, acrescido do nome do Estado, do símbolo e da sigla APAE, cabendo-lhe ainda as prerrogativas e obrigações previstas neste Estatuto.

Parágrafo único – O procedimento para filiação da Federação das APAEs do Estado à Federação Nacional das APAEs, proceder-se-á obedecendo o disposto do artigo anterior, observadas as especificidades.

Art. 8º - A Federação das APAEs do Estado e as suas filiadas preservarão suas autonomias administrativas, financeiras e jurídicas perante a Administração Pública e as entidades privadas.

Parágrafo único - A Federação Nacional das APAEs e a Federação das APAEs do Estado não respondem, subsidiária e ou solidariamente por atos ilícitos praticados pelas entidades filiadas, seus dirigentes e associados.

Art. 9º - A Federação das APAEs do Estado apresentará, anualmente, à Federação Nacional das APAEs, até o dia **30 de abril**, relatório sucinto de suas atividades, incluindo balanço financeiro, acompanhado de parecer do Conselho Fiscal, e plano de ações para o ano seguinte.

Seção III

Das Entidades Análogas

Art. 10 - Qualquer pessoa jurídica de natureza filantrópica cujos objetivos sociais sejam análogos aos das APAEs poderá filiar-se à Federação Nacional das APAEs, na forma e sob as condições que forem determinadas pela Diretoria desta.

§ 1º - A entidade análoga, poderá, através de seus alunos, participar dos eventos promovidos pela Federação Nacional das APAEs e pela Federação das APAEs do Estado, utilizando seus serviços, participando de campanhas com a anuência da APAE de seu município, sem direito de votar, ser votada, usar o símbolo e a sigla.

§ 2º - A Federação Nacional das APAEs e a Federação das APAEs dos respectivos Estados e APAE não respondem subsidiária e ou solidariamente pelos atos praticados por estas entidades, seus dirigentes e associados.

Seção IV

Dos Títulos Honoríficos

Art. 11 - A Federação das APAEs do Estado poderá conceder, em casos especiais, os seguintes títulos honoríficos:

- a) **Agraciado Benemérito**
- b) **Agraciado Honorário**

§ 1º - São Agraciados Beneméritos as personalidades, físicas ou jurídicas, que hajam contribuído de maneira apreciável no campo da deficiência.

§ 2º - São Agraciados Honorários as personalidades nacionais ou estrangeiras que hajam prestado relevantes serviços à causa da **pessoa com deficiência e tenham concorrido de maneira apreciável para o progresso da humanidade no campo da **deficiência**.**

§ 3º - A concessão de título honorífico será deliberada em votação secreta, no mínimo, por dois terços da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração da Federação das APAEs do Estado.

§ 4º - O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva indicarão uma Comissão de 4 (quatro) membros, sendo 2 (dois) da Diretoria Executiva e 2 (dois) do Conselho de Administração para examinar minuciosamente as obras e o "currículum vitae", apresentando relatório circunstanciado e conclusivo.

§ 5º - A concessão de título honorífico não cria obrigação para o agraciado em relação à Federação das APAEs do Estado, nem lhe assegura os direitos previstos nos artigos 12 e 13 deste Estatuto.

Seção V

Dos Direitos das Entidades Filiadas

Art. 12 - São direitos assegurados, privativamente, às APAEs filiadas no Estado:

§1º - participar das Assembléias Gerais;

§2º - propor candidatos à Presidente da chapa oficial à Diretoria Executiva da Federação Nacional das APAEs até 30 de junho do ano em que ocorrer a Assembléia Geral Ordinária para eleição através da Federação das APAEs do Estado;

§ 3º - propor candidatos à chapa oficial da diretoria executiva da Federação Nacional das APAEs, por intermédio da Federação das APAEs do Estado, até 30 de junho do ano em que ocorrer a assembléia geral ordinária para eleição;

§4º - requerer convocação de Assembléia Geral Extraordinária, justificando convenientemente o pedido.

§5º - votar e ser votado nas Assembléias Gerais;

§6º - participar, por intermédio do Presidente da Federação das APAEs do respectivo Estado, do Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs;

§7º - participar das reuniões da Diretoria Executiva, usando da palavra, sem direito a voto;

§8º - participar da Olimpíada Nacional e Estadual das APAEs, do Festival Nacional e Estadual Nossa Arte e do Congresso Nacional e Estadual das APAEs;

§9º - participar do Encontro Regional das APAEs, das Olimpíadas ou Jogos Regionais das APAEs e do Festival Regional Nossa Arte.

§ 10 - só será permitida a existência de uma APAE por município.

Art. 13 - São direitos assegurados às APAEs e entidades congêneres:

- a) apresentar à Federação das APAEs do Estado idéias e sugestões, temas para discussão, teses e assuntos de interesse comum;
- b) beneficiar-se dos serviços oferecidos pela Federação das APAEs do Estado e/ou dela se utilizar para seus entendimentos com setores da Administração Pública ou Privada;
- c) participar de todos os eventos organizados pela Federação das APAEs do Estado, em igualdade de condições, na mesma área de deficiência;
- d) receber certificado de membro filiado à Federação Nacional das APAEs.

Seção VI

Das obrigações das entidades filiadas

Art. 14 - São obrigações:

I - das Federações das APAEs dos Estados:

§1º - manter padrão de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;

§2º - remeter, prontamente, à Federação Nacional das APAEs todas as informações por ela solicitadas;

§3º - aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pela Federação Nacional das APAEs;

§4º - fiscalizar e, através dos Conselhos Regionais, realizar os eventos regionais no Estado na seguinte ordem: no primeiro ano do mandato o Encontro Regional das APAEs, no segundo do mandato, as Olimpíadas ou Jogos Regionais das APAEs e no terceiro do mandato o Festival Regional Nossa Arte;

§5º - respeitar e fazer cumprir o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das APAEs do Estado a que pertence e o das APAEs;

§6º - acatar as decisões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais da Federação Nacional das APAEs;

§7º - submeter à aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs as propostas de alteração dos Estatutos das Federações das APAEs dos Estados e das APAEs;

§8º - promover a realização, de três em três anos, dos eventos estaduais, na seguinte ordem: no primeiro ano do mandato, a Olimpíada Estadual das APAEs, no segundo ano, o Festival Estadual Nossa Arte, e no 3º ano, em outubro, o Congresso Estadual das APAEs.

II - das APAEs:

§1º - manter padrão de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;

§2º - pagar as contribuições mensais de acordo com o fixado no art. 49, e remeter, prontamente, à Federação Nacional das APAEs todas as informações por ela solicitadas;

§3º - aceitar as incumbências que lhes forem atribuídas pela Federação Nacional das APAEs;

§4º - respeitar e fazer cumprir o presente Estatuto, o Estatuto da Federação das APAEs do Estado a que pertence, e seu Estatuto;

§5º - acatar as decisões da Diretoria Executiva, do Conselho de Administração e das Assembléias Gerais da Federação Nacional das APAEs;

§6º - submeter à apreciação e aprovação do Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs as propostas de alteração do Estatuto da APAE;

§7º - organizar o quadro dos associados, com cadastro individual e numeração em livro próprio, após aprovação da Diretoria Executiva;

§8º - realizar, a qualquer tempo, a renumeração do quadro dos associados, por desistência, exclusão ou óbito, mediante prévia autorização do Conselho de Administração da APAE.

§ 9º - as APAEs apresentarão, anualmente, até o dia 30 de abril, relatórios sucintos de suas atividades, incluindo balanço financeiro, acompanhado de parecer do

Conselho Fiscal e plano de ações para o ano seguinte à Federação das APAEs do Estado a que pertençam.

§ 10º - as entidades filiadas deverão oferecer oportunidades a que pessoas com deficiência participem de Comissões Especiais e tenham assento em seu Conselho de Administração como Auto Defensores.

§ 11º - as entidades filiadas, à exceção das análogas, observarão as normas do Estatuto-Padrão, elaboradas pela Federação Nacional das APAEs, admitidas adaptações referentes a critérios peculiares de diferenciação, desde que previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs.

CAPÍTULO III

Da Organização e Funcionamento da Federação das APAEs do Estado

Seção I

Da Organização

Art. 15 - São órgãos da Federação das APAEs do Estado:

1 – Assembléia Geral

2 – Conselho de Administração

3 – Conselho Fiscal

4 – Diretoria Executiva

5 – Conselhos Regionais

6 – Autodefensoria

7 - Conselho Consultivo

§ 1º - Os membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, os da Diretoria Executiva e dos Conselhos Regionais deverão ser associados de APAE, há pelo menos 2 (dois)

anos, preferencialmente com experiência diretiva, quites com suas obrigações junto à Tesouraria da sua APAE de origem.

§ 2º - O exercício das funções de membros dos órgãos indicados neste artigo não pode ser remunerado a qualquer título, sendo vedada a distribuição de lucros ou de quaisquer outras vantagens ou benefícios por qualquer forma a dirigentes, conselheiros, associados ou equivalentes;

§3º - Dirigentes de empresas terceirizadas, seus cônjuges, descendentes ou ascendentes, conviventes e parentes até o terceiro grau, que mantenham qualquer vínculo contratual ou comercial com entidade análoga, filiada à Federação Nacional das APAEs e Federação das APAEs do Estado, não poderão integrar qualquer das Diretorias, Conselho Fiscal ou de Administração da Federação das APAEs dos Estados.

Seção II

Da Assembléia Geral

Art. 16 - A Assembléia Geral **ordinária ou extraordinária**, será constituída pelos Presidentes ou Vice-Presidentes das APAEs filiadas que a ela comparecerem, quites com suas contribuições, na forma do Artigo 49.

§ 1º - No caso de procuração, com firma reconhecida, o outorgado deverá ser membro da Diretoria Executiva, ou do Conselho de Administração, ou do Conselho Fiscal, ou do Conselho Consultivo da APAE outorgante, não podendo representar qualquer outra entidade filiada, ainda que também figurante dos seus quadros sociais;

§ 2º - A Assembléia Geral, uma vez instalada pelo Presidente da Federação das APAEs do Estado, será presidida e secretariada por representantes credenciados das APAEs filiadas, eleitos na ocasião, podendo esta eleição processar-se por aclamação;

§ 3º - Havendo mais de um candidato para os cargos de Presidente e Secretário da Assembléia serão constituídas chapas para votação direta;

§4º - Em caso de empate, para os cargos de Presidente e Secretário da Assembléia, considerar-se-á eleito o representante da entidade filiada há mais tempo na Federação Nacional das APAEs.

Art. 17 - A convocação da Assembléia Geral, **ordinária ou extraordinária**, far-se-á uma única vez por meio de publicação na imprensa diária da sede da Federação das APAEs do Estado, e por notificação às entidades filiadas, feita através do boletim, ou telegrama, ou registrado postal, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias.

§ 1º - No edital de convocação da Assembléia Geral **Ordinária ou Extraordinária** deverá constar a data, horário, local e a respectiva ordem do dia.

§ 2º - A Assembléia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos Presidentes das filiadas, aptos a votar, e, em segunda, com qualquer número, não sendo inferior a um **quarto, aptos a votar**, meia hora depois, devendo ambas constar dos editais de convocação.

Art. 18 - À Assembléia Geral, órgão soberano da Federação das APAEs do Estado, compete:

- a) **alterar** o Estatuto;
- b) decidir sobre a fusão, transformação e dissolução da Federação;
- c) eleger os membros da Diretoria Executiva e **do Conselho Fiscal e** ratificar os membros **eleitos que irão compor o** Conselho de Administração;
- d) destituir **os administradores**;
- e) aprovar o relatório de atividades e as contas da Diretoria Executiva;
- f) verificar a qualificação, proclamar e empossar os membros do Conselho Consultivo, na forma estabelecida neste Estatuto.
- g) **Apreciar recurso de penalidade aplicada a entidade filiada e contra as decisões da Diretoria.**
- h) **Conceder o título de agraciado benemérito e honorário por proposta da Diretoria.**

Parágrafo único - As Assembléias Gerais realizar-se-ão na sede da Federação Estadual das APAEs ou em outro local que lhe seja conveniente e apropriado.

Art. 19 - A Assembléia Geral Ordinária reunir-se-á de **três em três** anos, **até o dia 15** do mês de **outubro**, para os fins determinados nas alíneas "c", "e" e "f" do artigo 18.

Art. 20 - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada para os objetivos indicados nas alíneas "a", "b", "d", "g" e "h" do artigo 18 ou para tratar de assunto especial, determinado na sua convocação.

Parágrafo primeiro - A Assembléia Geral Extraordinária será convocada pela Diretoria Executiva, sempre que julgar conveniente, e, em caráter obrigatório, quando houver requerimento assinado por, no mínimo, um quinto das APAEs filiadas, quites com suas obrigações e no caso de interposição de recurso de penalidade aplicada.

Parágrafo segundo - **Será convocada pelos membros indicados pelo Conselho de Administração no caso de renúncia ou destituição dos membros da Diretoria Executiva, para eleição, a se realizar em 60 dias.**

Seção III

Do Conselho de Administração

Art. 21 - O Conselho de Administração, integrado pelos Conselheiros Regionais, será composto de tantos membros quantos forem os Conselhos Regionais do Estado.

§ 1º - Os membros do Conselho de Administração serão eleitos em Assembléia Geral, a ser realizada até 15 de setembro, de três em três anos, pelas APAEs de cada Região, quites com a tesouraria da Federação Nacional das APAEs.

§2º - O Conselho de Administração reunir-se-á no mínimo quatro vezes por ano mediante convocação da Diretoria Executiva ou de um terço, pelo menos, de seus membros.

§ 3º - As decisões do Conselho de Administração serão tomadas por maioria, com a presença, no mínimo, de terça parte dos seus membros.

§ 4º - Os membros da Diretoria Executiva poderão assistir as reuniões do Conselho de Administração e delas participar, sem direito a voto, salvo se a matéria discutida for da sua competência, sendo reservado ao Presidente da Diretoria o voto de Minerva.

§ 5º - A representação do Conselho de Administração será exercida pelo Presidente da Diretoria Executiva.

§ 6º - O mandato dos membros do Conselho de Administração será de três anos, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 7º - No caso de ocorrer vaga ou impedimento dos membros do Conselho de Administração proceder-se-á nova eleição no Conselho Regional correspondente convocada pela

Federação das APAEs do Estado, num prazo de 30 dias, sendo ratificada na 1ª reunião do Conselho de Administração da Federação do Estado.

§ 8º - O Presidente e o **Diretor** Secretário do Conselho de Administração serão os titulares dos cargos da Diretoria Executiva, sem direito a voto, exceto o de Minerva, ao Presidente.

Art. 22 - Compete ao Conselho de Administração:

- a) aprovar o Regimento Interno da Federação das APAEs do Estado;
- b) **referendar** as contas da Diretoria Executiva, previamente examinadas pelo Conselho Fiscal, bem como das APAEs do Estado;
- c) aprovar o plano anual de atividades da Federação das APAEs do Estado, o seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias;
- d) examinar o Relatório da Diretoria Executiva, sobre as atividades e a situação financeira da Federação das APAEs do Estado, em cada exercício;
- e) responder as consultas feitas pela Diretoria Executiva;
- f) deliberar sobre os casos omissos neste Estatuto e no Regimento Interno;
- g) examinar e deliberar sobre a política de atendimento **à pessoa com deficiência** no contexto estadual;
- h) referendar ou não, bem como rever, quando for o caso, penalidades aplicadas pela Diretoria Executiva, ou por suas filiadas;
- i) aprovar ou não o nome do Procurador Jurídico, indicado pela Diretoria Executiva;
- j) regulamentar o processo de investigação e aplicação de penalidades nas entidades filiadas ou pessoas faltosas.
- k) **escolher através de voto secreto o nome dentre aqueles apresentados pela Diretoria Executiva como candidatos a chapa oficial a presidência da Federação das APAEs do Estado.**
- l) **assumir a presidência da Federação das APAEs do Estado, por meio de indicação de 03 membros, no caso de renúncia ou destituição dos membros da diretoria executiva.**

m) **convocar no caso de renúncia ou destituição da diretoria executiva assembléia geral extraordinária a se realizar em 60 dias para eleição da diretoria executiva.**

n) ratificar a eleição dos autodefensores.

o) aprovar a alienação ou aquisição de bens imóveis.

Seção IV

Do Conselho Fiscal

Art. 23 - Os membros do Conselho Fiscal, serão eleitos em Assembléia Geral Ordinária, dentre associados de APAEs, quites com suas obrigações financeiras, preferencialmente dirigentes, compondo-se de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes, permitindo-se uma reeleição.

§ 1º - Compete ao Conselho Fiscal examinar e dar parecer, anualmente, sobre as contas da Diretoria Executiva da Federação das APAEs do Estado.

§ 2º - O Conselho Fiscal poderá utilizar-se do assessoramento de um auditor, ou de contador ou de um técnico em contabilidade se assim se fizer necessário.

Art. 24 - O Conselho Fiscal reunir-se-á tantas vezes quantas necessárias, e no mínimo uma vez por ano, deliberando com a presença de seus membros titulares, convocando-se seus suplentes, tantos quantos necessários, no caso de ausência, renúncia ou impedimento do respectivo titular.

Seção V

Da Diretoria Executiva

Art. 25 - A Diretoria Executiva da Federação das APAEs do Estado será composta de:

1 – Presidente

2 – Vice-Presidente

3 – 1º e 2º Diretores Secretários

4 – 1º e 2º Diretores Financeiros

5 – Diretor Social

§ 1º - A Diretoria Executiva será eleita, a cada 3 (três) anos, em Assembléia Geral convocada especialmente para este fim.

§ 2º - O mandato dos membros da Diretoria Executiva será de 3 (três) anos, a contar de 1º de janeiro do ano seguinte à eleição, podendo, excepcionalmente, prorrogar-se até a posse de seus sucessores, permitindo-se uma reeleição consecutiva.

§ 3º - Ao Presidente é permitido concorrer somente a 1 (uma) reeleição consecutiva, podendo ocupar, porém, outros cargos na Diretoria **Executiva**, exceto os de Vice-Presidente e Diretores Financeiros.

Seção VI

Das Atribuições da Diretoria Executiva

Art. 26 - Compete à Diretoria Executiva:

- a) promover a realização dos fins da Federação das APAEs do Estado;
- b) elaborar o Regimento Interno da Federação das APAEs do Estado e submetê-lo à aprovação do Conselho de Administração;
- c) **elaborar resoluções administrativas, ad referendum do Conselho de Administração;**
- d) encaminhar as propostas de filiação e desfiliação de entidades à Federação Nacional das APAEs;
- e) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o plano anual de atividades da Federação das APAEs do Estado, seu orçamento e as propostas de despesas extraordinárias.

- f) submeter suas contas ao exame do Conselho Fiscal, encaminhando-as posteriormente ao Conselho de Administração para parecer, remetendo-as, a seguir, à Assembléia Geral;
- g) submeter ao Conselho de Administração o relatório de suas atividades e a situação financeira da Federação das APAEs do Estado, em cada exercício;
- h) organizar o plano de constituição de comissões especiais encarregadas da execução dos fins sociais, designar sede e os respectivos membros e supervisionar a atuação das mesmas comissões, podendo delegar essa supervisão às APAEs;
- i) criar e prover cargos necessários aos serviços técnicos e administrativos;
- j) promover campanhas de levantamento de fundos somente no âmbito do Estado, aprovadas pelo Conselho de Administração.
- k) convocar a Assembléia Geral e reuniões do Conselho de Administração;
- l) auxiliar na arrecadação das contribuições das entidades filiadas.
- m) encaminhar a todas as entidades filiadas, após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano anual de atividades da Federação das APAEs do Estado, o seu orçamento, bem como cópia do relatório anual das suas atividades e da situação financeira no exercício;
- n) criar ou organizar serviços especiais, indenizáveis ou não pelas entidades filiadas, que lhes facilitem as atividades técnicas, pedagógicas ou administrativas;
- o) fixar o percentual a ser indenizado para cada entidade pela utilização de serviços especiais indenizáveis;
- p) respeitar e fazer respeitar o presente Estatuto;
- q) **promover a realização, de três em três anos, dos eventos estaduais, na seguinte ordem: no primeiro ano do mandato, a Olimpíada Estadual das APAEs, no segundo ano, o Festival Estadual Nossa Arte, e no 3º ano, em outubro, o Congresso Estadual das APAEs.**
- r) adquirir e alienar bens imóveis, observado o disposto no art. 22, alínea o, e parágrafo 3º deste artigo;
- s) indicar ao Conselho de Administração o nome da pessoa que possa ser aprovada para exercer o cargo de Procurador **Jurídico e do Procurador Jurídico Adjunto**

t) **dar conhecimento** ao Conselho de Administração na primeira reunião deste as penalidades aplicadas às suas filiadas;

u) apresentar ao Conselho de Administração até 15 de agosto do ano do término do mandato, os nomes dos candidatos à chapa oficial à Presidência da Federação das APAEs do Estado, garantindo-se ao presidente escolhido, a indicação dos nomes para concorrer na Assembléia Geral Ordinária aos demais cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal.

v) julgar recursos de decisões de suas filiadas, após parecer da Procuradoria Jurídica da Federação do Estado;

x) Convidar os membros do Conselho Consultivo para os eventos realizados em nível estadual.

§ 1º - O plano anual de atividades e o orçamento, de que trata a alínea "e" deste artigo, deverão ser encaminhados até 6 (seis) meses a contar da posse da Diretoria.

§ 2º - A Diretoria Executiva, somente poderá fazer doações, após aprovação do Conselho de Administração, e sempre com encargos;

§ 3º - A aquisição ou alienação de bens, de que trata a alínea "r" deste artigo, somente será permitida se aprovada por decisão de, no mínimo, dois terços dos membros do Conselho de Administração.

Art. 27 - Conforme a natureza das respectivas atribuições, as comissões referidas na alínea "h" do artigo 26 poderão ser:

- a) locais;
- b) regionais, quando constituída pela reunião de comissões em mais de um município.

Seção VII

Das Atribuições dos Membros da Diretoria Executiva

Art. 28 - Compete ao Presidente:

- a) manter padrão de conduta ética de forma a preservar e aumentar o conceito do Movimento Apaeano;
- b) coordenar as atividades da Diretoria Executiva e presidir as reuniões, exercendo o voto de desempate e participar das reuniões do Conselho de Administração;
- c) convocar o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva para as respectivas reuniões;
- d) representar a Federação das APAEs do Estado, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele.
- e) apresentar ao Conselho de Administração o relatório anual da Diretoria sobre as atividades da Federação das APAEs do Estado ao fim de cada ano e, ao término do mandato, à Assembléia Geral;
- f) dirigir a Federação das APAEs do Estado, ressalvada a competência do Conselho de Administração, atendendo à perfeita consecução de seus fins, podendo delegar, parcialmente, suas atribuições;
- g) assinar cheques e ordens de pagamento, conjuntamente com o 1º Diretor Financeiro ou com o seu substituto estatutário, no exercício do cargo;
- h) instalar, prover e supervisionar assessorias, coordenadorias e Conselhos Regionais que julgar necessários, constituindo um colegiado com concepções, diretrizes e ações unificadas.

Parágrafo único - O Presidente será substituído, em suas faltas e impedimentos, pelo Vice-Presidente.

Art. 29 - Compete ao Vice- Presidente:

- a) substituir o presidente em suas faltas, licenças e impedimentos;
- b) exercer funções e atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 30 - Compete ao 1º Diretor Secretário:

a) ler e entregar aos membros da Diretoria Executiva, na primeira reunião do mandato, cópia do Estatuto da Federação das APAEs do Estado;

b) disponibilizar aos associados, na Secretaria, o acesso e leitura do Estatuto da Federação das APAEs do Estado;

c) secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e as do Conselho de Administração, redigindo suas atas em livro próprio;

d) exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

e) exercer a presidência da Federação das APAEs do Estado, no caso de impedimento temporário, não superior a seis meses, do Presidente e do Vice-Presidente.

Parágrafo único - Compete ao 2º Diretor Secretário:

a) substituir o 1º Diretor Secretário nas suas faltas, licenças e impedimentos;

b) exercer atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 31 - Compete ao 1º Diretor Financeiro:

a) elaborar a previsão orçamentária, semestralmente, e submetê-la à aprovação da Diretoria Executiva;

b) ter sob sua guarda e responsabilidade os bens e valores da Federação das APAEs do Estado;

c) assinar cheques e/ou ordens de pagamento, conjuntamente com o Presidente, ou com seu substituto estatutário;

d) promover e dirigir a arrecadação da receita social, depositá-la e aplicá-la de acordo com decisão da Diretoria Executiva;

- e) fazer pagamentos nos limites ou pela forma estabelecida por decisão da Diretoria Executiva;
- f) manter em dia a escrituração da receita e da despesa da Federação das APAEs do Estado, e contabilizá-la sob a responsabilidade de um contador habilitado;
- g) apresentar à Diretoria Executiva os balancetes mensais, o relatório anual sobre a situação financeira e a prestação de contas, que deverão ser encaminhados ao Conselho Fiscal para exame e parecer, fornecendo a esses órgãos as informações complementares que lhe forem solicitadas;
- h) supervisionar, zelar e inventariar o patrimônio da instituição.

Parágrafo único - Compete ao 2º Diretor Financeiro:

- a) substituir o 1º Diretor Financeiro em suas faltas, licenças e impedimentos;
- b) exercer as atribuições supletivas que lhe forem confiadas.

Art. 32 - Compete ao Diretor Social , de acordo com a orientação da Diretoria Executiva:

- a) organizar as atividades sociais ;
- b) elaborar o programa de solenidades;
- c) estabelecer normas para o controle do pessoal da Federação Estadual com o público;
- d) realizar eventos sociais com a finalidade de promover a instituição;
- e) promover eventos com a finalidade de arrecadar fundos, após a aprovação da Diretoria Executiva.

Seção VIII

Dos Conselhos Regionais

Art. 33 - Os Conselhos Regionais, órgãos auxiliares da Administração, serão criadas pelo Conselho de Administração da Federação das APAEs do Estado, mediante proposta justificada das APAEs da respectiva região.

§ 1º - O Conselho Regional é constituído pelos presidentes das APAEs da região, antigas delegacias, eleitos dentre os presidentes e suplentes, preferencialmente presidentes de APAE, vice-presidente, membros da diretoria com experiência diretiva com no mínimo 1 ano, ou associado quites com a tesouraria, tendo o consentimento da APAE a qual é associado, permitida apenas uma reeleição consecutiva.

§ 2º - Os Conselhos Regionais serão constituídos por número variável de APAEs, que, se aglutinarão, via de regra, pela proximidade geográfica, visando sua coesão e fortalecimento.

§ 3º - A sede do CONSELHO REGIONAL será o mesmo da APAE a qual pertença o conselheiro eleito.

Art. 34 - Os Conselheiros Regionais serão eleitos pelas APAES que compõem a respectiva região, com pelo menos 30 dias de antecedência da realização da Assembléia Geral Ordinária da Federação das APAEs do Estado, em Assembléia convocada pelo Conselheiro regional cujo mandato esteja expirando, somente podendo dela participar as APAEs que estejam quites com as obrigações financeiras.

§ 1º - Nos Conselhos Regionais recém criados ou por desmembramento, a eleição do Conselheiro Regional será realizada em Assembléia Geral convocada e presidida pela Presidente da Federação das APAEs do Estado.

§ 2º - Cada Conselho Regional deverá ter seus Auto-Defensores, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, eleitos por seus pares, sendo eleitores os Auto-Defensores das APAEs da Região.

Art. 35 - Compete aos Conselheiros Regionais, além da participação nas reuniões do Conselho de Administração da Federação das APAEs do Estado, as seguintes atribuições nos municípios sob sua jurisdição:

- a) exercer a coordenação das atividades das entidades filiadas e integrantes de suas respectivas regiões;
- b) exercer a representação legal da Federação das APAEs do Estado, mediante mandato específico do Presidente, quando necessário;

- c) realizar visitas a entidades filiadas de seu Conselho Regional, bem como reuniões periódicas ou encontros em qualquer município integrante do mesmo;
- d) semestralmente, ou sempre que solicitado, fazer relatório ao Presidente da Diretoria Executiva da Federação das APAEs do Estado sobre suas atividades, visitas e reuniões;
- e) estimular, promover e apoiar a criação de APAEs, seguindo as diretrizes das Federações Estadual e Nacional.
- f) receber, dar parecer e encaminhar processos de formação de APAEs à Federação das APAEs do Estado;
- g) promover campanhas de angariação de fundos para as APAEs de seu Conselho Regional, respeitado o princípio da territorialidade, com autorização da Federação das APAEs do Estado;
- h) colaborar nas campanhas da Federação Nacional das APAEs e da Federação das APAEs do Estado;
- i) divulgar junto às APAEs de sua região orientações técnicas, científicas ou administrativas da Federação Nacional das APAEs e da Federação das APAEs do Estado;
- j) participar de reuniões convocadas pela Federação das APAEs do Estado
- k) promover a eleição dos Auto-Defensores Regionais na área de sua jurisdição.

Seção IX

Da Autodefensoria

Art. 36 - A autodefensoria é o processo desenvolvido pelas APAEs para os familiares, ampliação da participação e representação da pessoa com deficiência, na gestão institucional e formação de habilidades, autonomia e cidadania.

Art. 37 - Os nomes de autodefensores, dois efetivos e dois suplentes, um do sexo masculino e outro do sexo feminino, serão eleitos pelos autodefensores das APAEs e Conselhos Regionais, e será ratificado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, na primeira reunião após a Assembléia Geral Ordinária, **com mandato de três anos, permitindo-se uma reeleição.**

Art. 38 - Compete aos autodefensores:

- a) defender os interesses das pessoas com deficiência, sugerindo ações que aperfeiçoem o seu atendimento e participação em todos os seguimentos da sociedade;
- b) participar das reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração opinando sobre assuntos de interesse da **pessoa com deficiência**;
- c) participar dos eventos promovidos e organizados pela Federação das APAEs do Estado.
- d) votar e ser votado para autodefensoria.

Seção X

Do Conselho Consultivo

Art. 39 - O Conselho Consultivo é constituído pelos ex-Presidentes da Federação das APAEs do Estado.

Parágrafo único - **Ocorrendo a eleição de membro do Conselho Consultivo para compor qualquer órgão da Federação das APAEs do Estado, a sua vaga no Conselho Consultivo será mantida.**

Art. 40 - A Assembléia Geral verificará a condição e proclamará a investidura do Conselheiro Consultivo no exercício da função.

Art. 41 - As decisões do Conselho Consultivo são meramente opinativas, não tendo força executiva senão quando acolhidas pelo Conselho de Administração.

Art. 42 - Compete ao Conselho Consultivo:

- a) atuar como órgão moderador na solução de eventuais conflitos que venham a ocorrer no Movimento Apaeano;
- b) esclarecer, quando solicitado e possível, fatos e práticas controvertidos ou obscuros da história do Movimento Apaeano, com o fim de dar suporte à filosofia e objetivos do mesmo;

- c) zelar pela unidade orgânica, filosófica e programática do movimento.
- d) participar, mediante **convite, dos eventos realizados, em nível estadual, pela Federação das APAEs dos Estados.**

CAPÍTULO IV

Da Procuradoria Jurídica

Art. 43 - A Procuradoria **Jurídica**, órgão de assessoramento superior, só poderá ser exercida por pessoa de reconhecida idoneidade e saber jurídico, inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 44 - O Procurador **Jurídico** e o Procurador Adjunto serão investidos no cargo ou dele demitidos por indicação do Presidente da Federação das APAEs do Estado, após aprovação do Conselho de Administração.

Parágrafo único - Cabe ao Procurador Adjunto substituir o Procurador Jurídico nas faltas ou impedimentos deste.

Art. 45 - O Procurador **Jurídico** terá assento à mesa nas reuniões da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração e opinará sobre a juridicidade de qualquer matéria discutida, exceto se na mesma concorrer interesse pessoal.

Art. 46 - Não constitui falta funcional a manifestação contrária do Procurador **Jurídico** sobre matéria de sua competência.

Art. 47 - Compete ao Procurador **Jurídico**:

- a) atuar na defesa dos direitos das **pessoas com deficiência**;
- b) defender os interesses da Federação das APAEs do Estado, em juízo ou fora dele, mediante expresse mandato do Presidente ou de seu substituto legal;
- c) elaborar, examinar e visar minutas de contratos e convênios;

- d) emitir parecer sobre matéria de interesse geral da Federação das APAEs do Estado, pronunciando-se, ao final de cada assunto, nas reuniões de diretoria, sobre a legalidade das proposições e a observância deste Estatuto e do Regimento Interno;
- e) representar juridicamente a entidade junto as repartições públicas e privadas;
- f) pesquisar, compilar e sugerir legislação pertinente a **pessoa com deficiência**;
- g) manter intercâmbio jurídico e dar interpretação final sobre matéria controvertida;
- h) dirigir os serviços da Procuradoria da Federação das APAEs do Estado;
- i) analisar as propostas de alterações estatutárias das APAEs e da Federação das APAEs do Estado e emitir parecer.

CAPÍTULO V

Das Receitas e do Patrimônio

Art. 48 - As receitas serão constituídas pelas contribuições das entidades filiadas e de terceiros, bem como por legados, subvenções, doações e quaisquer outros proventos e auxílios recebidos, e o patrimônio, pelos bens que a Federação das APAEs do Estado possui e vier a adquirir.

Parágrafo único - As receitas, rendas e o patrimônio social serão aplicados exclusivamente no território nacional e no desenvolvimento dos fins sociais do movimento Apaeano, sendo que, em caso de dissolução da Federação das APAEs do Estado, conforme decisão da respectiva Assembléia Geral, reverterão em benefício de entidades congêneres registradas no Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS ou a uma entidade pública.

CAPÍTULO VI

Das Contribuições das Filiadas

Art. 49 - As contribuições das entidades filiadas serão estipuladas anualmente por proposta da Diretoria Executiva da Federação Nacional das APAEs e aprovada por seu Conselho de Administração.

Parágrafo primeiro - O Conselho de Administração por proposta da Diretoria Executiva, fixará o percentual sobre as contribuições das entidades filiadas a ser repassado aos Conselhos Regionais.

Parágrafo segundo - A Diretoria Executiva da Federação das APAEs do Estado, a pedido de entidade filiada, poderá encaminhar solicitação à Federação Nacional das APAEs de parcelamento de débito, desde que comprovada a necessidade da medida.

Art. 50 - Somente poderá votar e ser votada, usar os serviços oferecidos pela Federação Nacional das APAEs e da Federação das APAEs do Estado, e delas se utilizar para seus entendimentos com outros setores da Administração Pública ou privada, a entidade filiada que esteja com sua contribuição em dia.

CAPÍTULO VII

Das Eleições

Art. 51 - De três em três anos, no mês de outubro serão eleitos pela Assembléia Geral Ordinária os membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, e, na mesma oportunidade, será procedida a ratificação da eleição dos membros do Conselho de Administração.

§ 1º - A eleição será realizada por voto secreto, sendo permitida por aclamação, quando se tratar de chapa única;

§ 2º - No caso de voto por procuração, com firma reconhecida, o outorgado deverá ser membro da Diretoria Executiva, ou do Conselho de Administração, ou do Conselho Fiscal ou do Conselho Consultivo, não podendo representar qualquer outra entidade filiada, ainda que também figurante do seu quadro social.

Art. 52 - A eleição da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal se dará por tantas chapas quantas as homologadas pela Comissão Eleitoral, após prévia inscrição na Secretaria da Federação das APAEs do Estado, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias da data em que a mesma será realizada, obedecendo os seguintes requisitos:

I – A Diretoria Executiva da Federação das APAEs do Estado apresentará obrigatoriamente uma chapa nos termos do disposto do alínea “u”, do artigo 26;

II – Somente poderão integrar as chapas os concorrentes associados de APAE há pelo menos 2 (dois) anos, preferencialmente com experiência diretiva, quites com suas obrigações junto a tesouraria da APAE a qual é filiado;

III – São inelegíveis, simultânea, sucessiva e alternadamente, para os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros: cônjuge, companheiro, parentes consangüíneos ou afins até o 1º grau, funcionários quando no exercício do cargo.

IV – Os candidatos a Presidente, Vice-Presidente e Diretores Financeiros deverão apresentar no ato da inscrição da chapa, cópias autenticadas ou originais dos seguintes documentos:

- a) **Carteira de Identidade;**
- b) **CPF;**
- c) **Declaração de bens móveis e imóveis;**
- d) **Certidões negativas criminais;**
- e) **Ficha de filiação como associado da APAE;**
- f) **Cópia do parecer favorável da prestação de contas do Conselho Fiscal e da ata de aprovação da última gestão exercida na APAE, quando for o caso;**
- g) **Declaração, sob as penas da lei, de não ser inelegível, nos termos do inciso III, deste artigo.**

V – em caso de empate para a Diretoria Executiva considerar-se-á eleita a chapa cujo Presidente seja associado, ininterruptamente, há mais tempo no quadro social de APAE;

§ 1º - A chapa deverá indicar a nominata dos candidatos e seus respectivos cargos, comprovando a sua filiação na APAE

§ 2º - É vedada a participação de funcionários da Federação das APAEs do Estado, cedidos, associados de terceirizadas ou que mantenham vínculo indireto na Diretoria Executiva, Conselho de Administração e/ou Conselho Fiscal.

Art. 53 - O registro de chapas e os demais trabalhos da eleição serão examinados e conduzidos pela Comissão Eleitoral instituída pela Federação das APAEs do Estado.

CAPÍTULO VIII

Das Irregularidades, Infrações e Penalidades

Art. 54 - As infrações ao presente Estatuto e as irregularidades de qualquer natureza cometidas pelas filiadas ou seus agentes, acarretarão procedimentos e penalidades aplicados pela Diretoria Executiva da Federação das APAEs do Estado *ad referendum* do Conselho de Administração.

Parágrafo único - As penalidades a que se refere o presente capítulo consistem em:

a) Advertência – para punir faltas leves conforme sejam definidas e regulamentadas pelo Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs;

b) Intervenção – quando se tratar de infrações ou irregularidades administrativas cometidas pelos agentes da entidade filiada ou por terceiros com a conivência daqueles ou quando estas consistirem em desvio de ética da entidade filiada como corpo social, dos compromissos, padrões de conduta, filosofia, estatuto, regulamento e resoluções da Federação das APAEs do Estado e da Federação Nacional das APAEs;

c) **Suspensão do direito de votar e ser votado durante oito anos para os cargos de Presidente, Vice Presidente, Primeiro Diretor Financeiro e Segundo Diretor Financeiro;**

Art. 55 - Diante de irregularidades existentes e apuradas pela Comissão de Ética designada pela Diretoria Executiva em uma APAE, esta deverá ser notificada, marcando-se prazo para sanar as irregularidades, ou apresentar a defesa que tiver, assegurada a ampla defesa e o contraditório, podendo desta decisão recorrer no prazo de 15 dias Diretoria Executiva da Federação Nacional de APAEs.

§ 1º - O não atendimento pela entidade faltosa ou seus agentes aos termos da notificação a sujeitará aos procedimentos de **advertência**, intervenção ou **suspensão** decretados pela Diretoria Executiva da Federação das APAEs do Estado “ad referendum” da Federação Nacional das APAEs.

§ 2º - Conforme a gravidade da falta, da intervenção poderá decorrer a **suspensão do direito de votar e ser votado para os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro Diretor Financeiro e Segundo Diretor Financeiro, durante oito anos;**

§ 3º - **No caso de intervenção a Federação das APAEs do Estado, indicará associados para formarem a Diretoria de Intervenção, de caráter provisório, os quais suprirão os cargos da Diretoria Executiva afastada;**

§ 4º - O recurso de qualquer penalidade aplicada terá efeito somente devolutivo e será dirigido e apreciado pela Assembléia Geral Extraordinária, conforme art. 18, alínea g.

§ 5º - Os procedimentos para aplicação das penalidades serão regulamentados pelos Regimentos Internos e por meio de Resoluções baixadas pelo Conselho de Administração da Federação Nacional das APAEs e da Federação das APAEs do Estado.

CAPÍTULO IX

Disposições Gerais

Art. 56 - A Federação das APAEs do Estado poderá associar-se a entidades com fins científicos, culturais, educacionais e desportivos estaduais, para mútua cooperação e troca de informações e experiências, visando alcançar objetivos comuns, podendo, nesta hipótese, pagar as contribuições estipuladas pela entidade a que se associar.

Art. 57 - A extinção, fusão ou transformação da Federação das APAEs do Estado somente poderá ser determinada por deliberação de 2 (duas) Assembléias Extraordinárias sucessivas, realizadas com intervalo de 90 (noventa) dias, que só se instalarão com a presença de, no mínimo, dois terços da representação das entidades filiadas, em dia com as obrigações sociais.

Art. 58 - O presente Estatuto só poderá ser reformado em Assembléia Geral Extraordinária convocada com, pelo menos, 30 (trinta) dias de antecedência, na forma do artigo 17.

Art. 59 - Os casos omissos no presente Estatuto serão decididos pela reunião conjunta da Diretoria Executiva e Conselho de Administração, com força estatutária no que não colidir com este Estatuto.

Art. 60 - O presente Estatuto entrará em vigor a partir de sua aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária, e respectivo registro, devendo a Diretoria Executiva providenciar a sua divulgação.

ATO DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS TRANSITÓRIAS

Art. 1º - A Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal da

Federação das APAEs do Estado e das APAEs, terão seus mandatos prorrogados, automaticamente, para adequar-se às alterações do presente Estatuto.

Art. 2º - A Federação das APAEs dos Estados, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, divulgará a minuta padrão dos estatutos recebidos da Federação Nacional da APAEs a serem adotados pelas APAEs.

Parágrafo único - As entidades filiadas, à exceção das análogas, adotarão os novos estatutos, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da divulgação do estatuto padrão, sob pena de vacância dos cargos de sua Diretoria Executiva.

Art. 3º - O presente Ato entra em vigor juntamente com o Estatuto.

Porto Alegre, 24 de novembro de 2006.

Aracy Maria da Silva Lêdo
Presidente da Federação das APAES do RS

Dra. Celsa Terezinha Torres
OAB/RS 17.381